

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Paulina Onofre Ramalho



Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista/Roraima

Rio de Janeiro
2012

Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional

Paulina Onofre Ramalho

Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista/Roraima

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientadora: Dr.^a Maria Tarcila F. Guedes
Co-orientador/Supervisor: Fernando José Lima de Mesquita.

Rio de Janeiro
2012

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Roraima.

CAPA: Plano Urbanístico de Boa Vista. Fonte: Foto de Alfredo Maia.

R1651	<p>Ramalho, Paulina Onofre. Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista – RR / Paulina Onofre Ramalho – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.</p> <p>99 f.: il.</p> <p>Orientadora: Maria Tarcila Ferreira Guedes</p> <p>Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.</p> <p>1. Patrimônio Cultural. 2. Preservação. 3. História e Memória. 4. Plano Urbanístico. 5. Roraima – Boa Vista. I. Guedes, Maria Tarcila Ferreira. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.</p> <p>CDD 363.69</p>
-------	--

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Paulina Onofre Ramalho

Lugar de Memória: o plano urbanístico de Boa Vista/ Roraima

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 2012.

Banca examinadora

Professora Dra. MariaTarcila Ferreira Guedes (orientadora) – PEP/MP/IPHAN

Arq. Fernando José Lima de Mesquita (supervisor) – Superintendência do IPHAN em Roraima

Professora Ms. Jurema Kopke Eis Arnaut – PEP/MP/IPHAN

Professor Dr. Marcelo Antonio Sottratti – Universidade Estadual do Rio de Janeiro/UERJ

A toda a minha família, a quem amo de
todo o meu coração.

AGRADECIMENTOS

Ao **IPHAN** (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) pela defesa constante do Patrimônio Cultural brasileiro;

Ao Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), transformado em Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, pela oportunidade de perceber o quanto pesquisar sobre patrimônio Cultural é instigante e por acreditar em jovens profissionais;

A toda a **equipe da COPEDOC**, que sempre se fez presente;

Aos **amigos pepistas**, com quem vivi experiências maravilhosas;

Ao **corpo docente** do programa, pela troca de conhecimentos;

À **Superintendência do IPHAN em Roraima**, uma jovem amazona do norte;

Aos meus **supervisores** nesta caminhada: Carla Gisele Moraes, Juliane Johson e Fernando Mesquita;

A **Tarcila Guedes**, pela boa vontade em orientar este trabalho;

E, especialmente, à minha irmã **Carla Onofre Ramalho**, que foi minha confidente, orientadora, enfim, um pouco de tudo.

A memória, na qual cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir ao presente e ao futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens.

Jacques Le Goff

RESUMO

Esta pesquisa apresenta o plano urbanístico de Boa Vista como um lugar de memória, um documento do passado instituído a partir da relação entre a História e a memória. Analisamos a constituição e formalização de uma memória oficial da cidade que tem como suporte esse lugar em seus aspectos materiais, simbólicos e funcionais. Baseado em diferentes fontes documentais, o trabalho pondera sobre a criação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, e os objetivos pretendidos com a implantação do plano urbanístico (1946-1950).

Palavras-chave: cidade, plano urbanístico, lugar de memória, poder.

ABSTRACT

This research shows the urbanistic plan of Boa Vista as a place of memory, a document from the past, instituted between history and memory. We have analyzed the constitution and formalization of the city's memory, using as base this place's material aspects, symbolisms, and functionality. Using different documentation sources this work ponders about the creation of Território Federal do Rio Branco (Federal Territory of Rio Branco), in 1943, and the intended objectives of the implementation of the urbanistic plan (1946-1950).

Key-words: city, urbanistic plan, **lugar de memória**, power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	09
1. OS LUGARES DE MEMÓRIA -----	12
1.1 Sobre a memória e os lugares de memória-----	12
2. AS DISPUTAS PELO VALE DO RIO BRANCO -----	20
2. 1 Estratégias de ocupação e povoamento do vale do rio Branco-----	20
3. A CRIAÇÃO DO TERRITÓRIO FEDERAL DO RIO BRANCO (RORAIMA)---	34
3.1 O “Discurso do Rio Amazonas”: a criação de Territórios Federais-----	34
3.2 Boa Vista através de relatos-----	42
4. O PLANO URBANÍSTICO DE BOA VISTA - RORAIMA -----	50
4. 1 A implantação do Plano Urbanístico-----	50
4. 1. 1 As obras -----	57
4. 1. 2 Algumas considerações sobre o Plano Urbanístico -----	72
CONSIDERAÇÕES FINAIS-----	81
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS-----	90

INTRODUÇÃO

Do rio ao Rio

Boa Vista é a única capital brasileira a situar-se totalmente no hemisfério norte. Localiza-se em uma região de campos abertos à margem direita do rio Branco, tendo sua gênese relacionada à instalação, em 1830, de uma fazenda particular de gado bovino.

Atualmente Boa Vista se destaca como o centro político-administrativo de toda uma região, sediando inúmeros órgãos, entre os quais podemos citar a Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) em Roraima. E foi nessa superintendência que iniciamos estudos mais aprofundados no que se refere à questão do patrimônio cultural. Estudos estes que nos levaram do rio (Branco) ao Rio (de Janeiro).

Como bolsista do Programa de Especialização em Patrimônio (PEP), transformado em Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, coube-nos acompanhar a rotina institucional, conjugando teórica e prática, o pensar e o agir. Assim, dentre os casos vivenciados chamou-nos a atenção a mobilização popular contra a construção de uma praça.

A prefeitura boavistense iniciou em 2009 a edificação de uma praça em frente à igreja matriz da cidade, utilizando como justificativa um discurso modernizador que, no entanto, encontrou resistência. Os principais argumentos dos que se opunham a referida construção baseavam-se no fato de que a primeira rua da cidade (Rua Floriano Peixoto) seria interrompida, descaracterizando-se, assim, uma área simbolicamente tão importante. Ademais, veiculou-se que a praça compunha apenas uma pequena parte de um projeto que previa várias alterações no plano urbanístico da cidade, datado da década de 1940. O que levou-nos a perguntar: Por que o plano é uma referência tão constante?

Em 1890 o governo republicano criou o município de Boa Vista do Rio Branco, estabelecendo como sua sede a Vila de Boa Vista. Entretanto, pertencente ao estado do Amazonas, esse município não dispunha de autonomia político – administrativa, tampouco do capital necessário para efetuar mudanças estruturais em seu espaço. Desse modo, à época da instalação do Território Federal do Rio Branco, em 1943, encontrava-se desarticulado em termos econômicos, políticos e infraestruturais.

Elevada a condição de capital do Território, sobre Boa Vista incidiu uma política modernizadora que incluiu a implantação de um plano urbanístico entre os anos de 1944 a 1950. A análise desse plano como um lugar de memória será o nosso foco. Portanto, nossa pesquisa situa-se no campo da ciência histórica.

Para alcançarmos o que nos propusemos a realizar utilizamos fontes que, direta ou indiretamente, nos falassem de nosso objeto. Assim, recorremos a relatos de viajantes, religiosos e funcionários estatais, decretos, fotografias, enfim, uma miríade de registros nos mais diversos suportes.

A ampliação do conceito de fonte histórica abriu uma gama variada de possibilidades, mas também impôs o desenvolvimento de novas formas de crítica, tanto interna quanto externa ao documento. Sem essa consciência metodológica o pesquisador corre o risco de submergir, perdendo-se em um labirinto. Do mesmo modo, é vital reconhecermos que cada registro, cada fonte, está imbuído (a) de intencionalidades, naquilo que Le Goff definiu como o aspecto monumental do documento (2003).

No caso dessa pesquisa, a escolha metodológica pela pluralidade das fontes deveu-se, também, a precariedade do acesso aos acervos de Roraima. A maioria das fontes sobre esse ente da federação encontra-se na mão de particulares, antigas famílias da região e funcionários do governo que, durante o exercício de suas funções, apropriaram-se de uma grande massa documental. Nesse cenário, são extremamente prejudicados todos os pesquisadores que não possuem algum tipo de vínculo com esses agentes.

As poucas instituições governamentais destinadas a pesquisa são extremamente desorganizadas, desde a estrutura física, passando pelos recursos pessoais, até os métodos de organização e disponibilização do acervo. Esse é o caso da “Divisão de Patrimônio Histórico do Governo do Estado de Roraima”. Atualmente o acervo desse órgão se compõe em uma sala com condições precárias de conservação e guarda.

Em se tratando de memória, devemos reconhecer em sua análise que ela é seletiva, disputada em conflitos e sujeita a trabalhos de enquadramento¹. De igual sentido se revestem os lugares de memória, que não devem ser tomados como um mero registro, mas como dados impregnados de intenções, que se apresentam simultaneamente nos planos material, simbólico e funcional. Foi sobre esses princípios que iniciamos nossa análise e a partir de fecundos pesquisadores do tema, como Pollak (1992, 1989), Le Goff (2003), Halbwachs (2006) e Nora (1993).

¹ Essa caracterização da memória será discutida no primeiro capítulo.

Assim, no primeiro capítulo, **Lugares de memória**, apresentamos os princípios teóricos que norteiam toda a análise relacionada à questão mnemônica. São pressupostos que convergem ao caracterizarem a memória como um valor seletivo, em constante disputa, essencial para a identidade, individual ou coletiva.

O segundo capítulo, **As disputas pelo vale do rio Branco**, aborda o processo de ocupação e povoamento do vale do rio Branco. Destaca, portanto, as estratégias portuguesas empreendidas para assegurar a posse desse território.

No terceiro capítulo, **A criação do Território Federal do Rio Branco (Roraima)**, traçaremos uma breve descrição da criação do Território Federal do Rio Branco em 1943. Depois, exporemos algumas descrições da cidade processadas nas primeiras décadas do século XX, ou seja, antes da implantação de seu plano urbanístico. Para tanto, selecionamos relatos que nos permitiram inferir sobre a realidade que foi transformada posteriormente.

No quarto capítulo, **O plano urbanístico de Boa Vista – Roraima**, adentramos na formulação e implementação do plano urbanístico como uma política de afirmação do poder central na tríplice fronteira norte do país (Brasil/Venezuela e República Cooperativista da Guiana).

Por fim, apresentamos nossas considerações finais.

I Capítulo

1. Os lugares de memória

O presente capítulo aborda o conceito de lugares de memória, essencial para o desenvolvimento de nossa pesquisa. Para tanto, nos apropriaremos das discussões de fecundos pesquisadores, que souberam analisar a memória em seus múltiplos aspectos: seletiva, em constante disputa, pertencente aos planos materiais e simbólicos, simultaneamente.

1. 1 Sobre a Memória e os Lugares de Memória

A memória, intrinsecamente ligada à questão da identidade, recebeu análises de muitos pesquisadores, entre os quais podemos destacar Maurice Halbwachs, Michael Pollak, Jacques Le Goff e Pierre Nora. Os conceitos elaborados por esses estudiosos sobre o tema nos permitem uma aproximação com o nosso objeto de estudo: o plano urbanístico de Boa Vista-RR como um lugar de memória.

Mas o que vem a ser a memória? Para Von Simson a memória pode ser entendida como “a capacidade humana de reter fatos e experiências do passado e retransmiti-los às novas gerações por meio de diferentes suportes empíricos” (2004, p. 11). Distingue-se, portanto: 1) a memória individual, formada pelas experiências de cada indivíduo, e na qual se processam aspectos da memória do grupo ao qual pertence, e 2) a memória coletiva, vivenciada como a memória oficial de determinado grupo social e constituída a partir dos fatos que dão suporte para a sua coesão.

Halbwachs nos chama a atenção para o fato de que a memória, mesmo individual, é um fenômeno construído coletivamente:

nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isso acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (2006, p. 30).

Desse modo, a memória é um fenômeno relacional e, como tal, sujeita a mudanças, acomodações e flutuações. Essas flutuações se processam em função do contexto (pessoal, político, etc.) no qual a memória é articulada e demonstram o quanto ela é um dado construído. Sendo assim, sobre a memória incide um trabalho de organização que exclui, aproxima, esquece, relembra etc. Percebemos, portanto, que há um caráter extremamente seletivo na memória (POLLAK, 1992).

Pollak também explicita o que considera os elementos constitutivos da memória individual ou coletiva. Primeiramente, assinala os “*acontecimentos vividos pessoalmente*” e, em seguida, aqueles “*vividos por tabela*”, isto é, vividos pelo grupo ou coletividade ao qual pertence o sujeito que os toma para si, de tal forma que “*acontecimentos dos quais a pessoa nem sempre participou mas que, no imaginário, tomaram tamanho relevo que, no fim das contas, é quase impossível que ela consiga saber se participou ou não*” (*Idem, Ibidem*, p. 2).

Continuando suas apreciações, Pollak aponta outros dois elementos mnemônicos, formados por “*pessoas, personagens*” (com as quais nem sempre mantivemos contato direto) e os “*lugares*”. Com relação aos lugares, o autor nos diz que

existem lugares da memória, lugares particularmente ligados a uma lembrança, que pode ser uma lembrança pessoal, mas também pode não ter apoio no tempo cronológico (...). Locais muito longínquos, fora do espaço-tempo da vida de uma pessoa, podem constituir lugar importante para a memória do grupo, e por conseguinte da própria pessoa, seja por tabela, seja por pertencimento a esse grupo (*Idem, ibidem*, p. 2-3).

É dentro desse contexto que entendemos o plano urbanístico de Boa Vista como um lugar de memória, um lugar ligado a determinada lembrança.

Nesse ponto adentramos na relação estabelecida entre memória e identidade, claramente elucidada pelos autores citados no início do texto. Tomando identidade como a imagem que construímos de nós mesmos, para nós e para os outros, Pollak propõe três fatores presentes em sua construção:

(...) há a **unidade** física, ou seja, o sentimento de ter fronteiras físicas, no caso do corpo da pessoa, ou fronteiras de pertencimento ao grupo, no caso de um coletivo; há a **continuidade** dentro do tempo, no sentido físico da palavra, mas também no sentido moral e psicológico; finalmente, há o sentimento de **coerência**, ou seja, de que os diferentes elementos que formam um indivíduo são efetivamente unificados (*Idem, ibidem*, p. 5). (sem grifos no original).

Os elementos unidade, continuidade e coerência precisam estar presentes para fornecer a cada membro do grupo social o sentimento de pertencimento, de compartilhamento dos valores, crenças, símbolos e significados que essa coletividade ostenta. Nesse sentido, a *memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade*, pois fomenta e fortalece essas noções que são acessadas por uma pessoa ou grupo no processo de reconstrução de si (POLLAK, 1992). Corroborando essa afirmativa, Le Goff observa que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar *identidade*, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia” (2003, p. 469).

Enquanto Halbwachs percebe a memória coletiva enquanto uma “*comunidade afetiva*”, capaz de manter os elementos de unidade, continuidade e coerência em função da adesão afetiva ao grupo e, portanto, sem recorrer aos mecanismos de dominação e coerção (2006), a ênfase atual de muitas pesquisas é dada ao caráter coercitivo, proibitivo e silenciador dessa memória (POLLAK, 1989).

Le Goff acrescenta dados essenciais sobre os embates que ocorrem pelo controle da memória ao afirmar que há manipulações conscientes ou inconscientes da memória individual e, do mesmo modo, há a utilização de mecanismos de controle e manipulação da memória coletiva. Assim, a memória se inscreve nas lutas sociais cujo objetivo final é o poder, com o consequente controle da lembrança e do esquecimento (2003). Por isso mesmo, o autor conclui que “a memória coletiva faz parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando, todas, pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção” (*Idem, Ibidem*, p. 469).

Na análise das disputas que se processam em torno das memórias coletivas (nações, partidos, igrejas, sindicatos, etc.), Pollak introduz o conceito de *trabalho de enquadramento da memória*, que diz respeito aos processos pelos quais determinada memória é construída e mantida. Tal trabalho de enquadramento não pode ser feito arbitrariamente, mas exige certos pressupostos de justificação (1989). Além disso, somos lembados de que:

o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história. (...) Mas, assim como a exigência de justificação discutida acima limita a falsificação pura e simples do passado na sua reconstrução política, o trabalho permanente de reinterpretação do passado é contido por uma exigência de credibilidade que depende da coerência dos discursos sucessos (*Idem, Ibidem*, p. 10).

Os grupos sociais (re) interpretam o passado de modo a fornecer os subsídios que justifiquem ou contestem sua posição no presente e que lhes permitem elaborar seu projeto para o futuro. Mas, como vimos acima, há um limite a essa interpretação. Ela precisa manter certos pontos de referência que possibilitem aos membros do grupo se reconhecerem nesse passado e na imagem formada a partir dele. Desconsiderar tais questões implica em descontinuidades que fomentam rupturas e desagregações no tecido de determinada coletividade (nação, família, região, etc.). Desse modo, entendemos que “o que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo” (*Idem, Ibidem*, p. 10).

O trabalho de enquadramento da memória se processa por meios informais e formais, sendo que neste último os profissionais da História são os atores principais. Para tanto, esses agentes se utilizam de documentos como fonte para dada interpretação do passado. Os documentos se inserem, assim, em um duplo processo. Sua seleção nos fundos dos arquivos não constitui um fato apolítico, neutro, mas decorre das intencionalidades do pesquisador. Por outro lado, percebemos que “o documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias” (LE GOFF, 2003, p. 538). Essas constatações reafirmam o entendimento da memória como um campo de forças e objeto de poder.

Controlar o que deve ser lembrado ou esquecido tornar-se um instrumento de poder, reforçado pela existência de instituições cuja finalidade é “coletar, tratar, recuperar, organizar e colocar à disposição da sociedade a memória de uma região específica ou de um grupo social” (VON SIMSON, 2004, p. 13).

No jogo de disputas em torno da memória nas sociedades que se utilizam da escrita, os locais de guarda dos documentos, incluindo-se os novos arquivos orais e audiovisuais, “não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo que possam controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a do rádio e a da televisão” (LE GOFF, 2003, p. 470-471). Essa vigilância se concretiza, por exemplo, através dos métodos empregados na organização de arquivos e na política de acesso aos mesmos. Nesse contexto, os arquivos tornam-se “o âmago do exercício de poder, pois correspondem aos objetivos do grupo que os criou e dirige” (*Idem, Ibidem*, p. 13).

Pollak (1989) nos chama a atenção para o fato de que o trabalho de enquadramento da memória também se processa em instâncias menos formais, como quando são escolhidas “testemunhas autorizadas” para falar em nome de determinada instituição (associação, sindicato, etc.).

O trabalho de enquadramento da memória cumpre sempre um objetivo:

Vê-se que as memórias coletivas impostas e defendidas por um trabalho especializado de enquadramento, sem serem o único fator aglutinador, são certamente um ingrediente importante para a perenidade do tecido social e das estruturas institucionais de uma sociedade. Assim, o denominador comum de todas essas memórias, mas também as tensões entre elas, intervêm na definição do consenso social e dos conflitos num determinado momento conjuntural (POLLAK, 1989, p. 11).

Além do conceito de enquadramento da memória, que nos permite compreender os processos pelos quais uma memória é construída, Pollak nos informa sobre o *trabalho da própria memória em si*. Isso significa dizer que uma memória, relativamente constituída, passa a operar por si só, de modo a manter os seus quadros simbólicos, sua coerência, unidade e continuidade (1992).

O trabalho da *memória em si* demanda grandes e constantes investimentos, sobretudo porque a memória liga-se diretamente a formação de identidades coletivas. Por identidades coletivas podemos entender “todos os investimentos que um grupo deve fazer ao longo do tempo, todo o trabalho necessário para dar a cada membro do grupo – quer se trate de família ou de nação – o sentimento de unidade, de continuidade e de coerência” (POLLAK, 1992, p. 7). Quando esses sentimentos se encontram em xeque, abrem-se espaços para cisões, que podem resultar na formação de novos grupos.

Havendo questionamentos da memória e da identidade instituídas, percebemos um investimento em termos de *rearrumação*, de modo a garantir que os membros de um grupo possam se reconhecer nos novos quadros de referência. Contrariamente, se a memória e a identidade estiverem mais solidamente constituídas, as críticas internas e externas a uma organização não terão forças suficientes para ocasionar rupturas que exijam a criação de novos arranjos.

Nos momentos de rupturas e descontinuidades ganham força os questionamentos à memória oficial que partem dos grupos excluídos e marginalizados da sociedade, fazendo emergir o que se denomina *memórias subterrâneas*. Essas memórias marginais não dispõem do aparato institucionalizado para se concretizarem e se inserirem na memória coletiva (VON SIMSON, 2004). Entretanto, novas metodologias abrem espaço para esse campo fecundo para investigações. Entre elas destacamos a história oral, pois:

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à ‘Memória oficial’, no caso a memória nacional. (...) A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são

escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes (POLLAK, 1989, p. 4).

Ao nos determos mais detalhadamente no conceito de lugares de memória, essencial à nossa análise, nos apropriamos das discussões de Pierre Nora presentes no texto “*Entre memória e história: a problemática dos lugares*”².

Nora parte do princípio de que não há mais memória, porém apenas lugares nos quais ela se cristaliza e se refugia: arquivos, museus, bibliotecas, dicionários, monumentos, festas, comemorações, etc. Com o desaparecimento das sociedades-memória e das ideologias-memórias, através dos fenômenos da globalização, modernização, etc., os *meios de memória* são suprimidos, subsistindo apenas *lugares* nos quais a memória pode ser apreendida (NORA, 1993).

Os *lugares de memória* não são apenas físicos, mas comportam uma infinidade de realidades, tanto objetivas quanto subjetivas. Entretanto, nem tudo que nos foi delegado pelo passado, nem todo objeto que nos trás alguma lembrança pode ser entendido como um *lugar de memória*. Sua definição perpassa as complexas relações estabelecidas entre a história e a memória, de tal modo que é sensato fazermos algumas distinções:

Memória, história: longe de serem sinônimos, tomamos consciência que tudo opõe uma à outra. A memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, suceptível [sic] de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente; a história, uma representação do passado. Porque á afetiva e mágica, a memória não se acomoda a detalhes que a confortam; ela se alimenta de lembranças vagas, telescópicas, globais ou flutuantes, particulares ou simbólicas, sensível a todas as transferências, cenas, censura ou projeções. A história, porque operação intelectual e laicizante, demanda análise e discurso crítico. A memória instala a lembrança no sagrado, a história a liberta, e a torna sempre prosaica. A memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo (NORA, 1993, p. 9).

Diante do exposto, podemos considerar os *lugares de memória* como documentos, referências tangíveis e testemunhos de determinada memória coletiva, cuja constituição se

² A teoria dos *Lugares de Memória* destacou-se com o desenvolvimento da coletânea *Les Lieux de Mémoire*, sob a direção de Pierre Nora.

processa em um duplo movimento entre a História e a Memória. Eles são, ao mesmo tempo, suportes de perpetuação da memória e matéria-prima apropriada pela História.

Avançando na acepção dos *lugares de memória*, podemos nos alicerçar, mais uma vez, nas palavras do próprio Nora:

Os lugares de memória são, antes de tudo, restos. A forma extrema onde subsiste uma consciência comemorativa numa história que a chama, porque ela a ignora (...). Museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações, são os marcos testemunhas de uma outra era, das ilusões de eternidade. Daí o aspecto nostálgico desses empreendimentos de piedade, patéticos e glaciais. São os rituais de uma sociedade sem ritual; sacrificações passageiras numa sociedade que dessacraliza; fidelidades particulares de uma sociedade que aplaina os particularismos; diferenciações efetivas numa sociedade que nivelá por princípio; sinais de reconhecimento e de pertencimento de um grupo numa sociedade que só tende a reconhecer indivíduos iguais e idênticos (1993, p. 12-13).

Lugares de memória são, portanto, vestígios residuais que se ligam ao poder de perpetuação da memória. São testemunhos do passado em um mundo desritualizado. Eles se propõem serem “meios” através dos quais são restabelecidos os sentimentos de unidade, continuidade e coerência, imprescindíveis na constituição da (s) identidade (s).

A caracterização dos *lugares de memória* nos fornece dados para compreendermos as complexidades e ambiguidades pertencentes aos seus domínios. Desse modo, atentemo-nos ao seguinte:

São lugares, com efeito, nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é lugar de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual. Mesmo um minuto de silêncio, que parece o exemplo extremo de uma significação simbólica, é ao mesmo tempo o recorte material de uma unidade temporal e serve, periodicamente, para uma chamada concentrada da lembrança. Os três aspectos coexistem sempre (Idem, ibidem, p. 21-22).

Percebemos, assim, que o que distingue os *lugares de memória* de outros documentos e sinais é a existência simultânea das dimensões *materiais, simbólicas e funcionais*. Sempre presentes, esses aspectos são os elementos vitais de sua composição.

Além da existência, simultânea, dos sentidos material, simbólico e funcional, outros requisitos se fazem necessários para que um lugar se fundamente como um lugar de memória. O trecho a seguir é extremamente revelador nesse sentido:

O que os constitui é um jogo da memória e da história, uma interação dos dois fatores que leva a sua sobredeterminação recíproca. Inicialmente, é preciso ter

vontade de memória. Se o princípio dessa prioridade fosse abandonado, rapidamente derivar-se-ia de uma definição estreita, a mais rica em potencialidades, para uma definição possível, mais maleável, susceptível de admitir na categoria todo objeto digno de lembrança (...). Na falta dessa intenção de memória os lugares de memória serão lugares de história (Idem, ibidem, p. 22).

Um *lugar de memória* se configura como tal a partir de uma *vontade de memória*. É essa vontade que se inscreve no cerne de sua origem e respalda as características que o moldam. Contrariamente, a ausência de uma *intenção* faz dos *lugares de memória* apenas *lugares de história*. Importa-nos informar, no entanto, que a história possui um papel fundamental em todo o processo. Ao incidir sobre os *lugares de memória*, transformando-os, abalando-os, etc., ela contribui para reavivá-los, para caracterizá-los como realmente são: lugares complexos, “simples e ambíguos, naturais e artificiais, imediatamente oferecidos à mais sensível experiência e, ao mesmo tempo, sobressaindo da mais abstrata elaboração” (NORA, 1993, p. 21).

Considerando as discussões tecidas até o momento, acreditamos que o plano urbanístico de Boa Vista se constitui um lugar de memória, pois fundou-se a partir do pressuposto da *vontade de memória* e apresenta seus três fatores essenciais (materialidade, simbolismo e funcionalidade).

II Capítulo

2. As disputas pelo vale do rio Branco

Este capítulo apresenta o processo de colonização do rio Branco como o resultado de uma complexa disputa que incluía a presença de espanhóis e holandeses na região. O discurso português para a área fundamentou-se na necessidade de barrar o avanço desses vizinhos “indesejáveis” para o interior amazônico. Nesse sentido, foram extremamente importantes as estratégias baseadas no aldeamento indígena e na implantação da pecuária nos campos do vale do rio Branco.

2.1 Estratégias de ocupação e povoamento do vale do rio Branco

O processo de conquista e colonização da Amazônia é tema de fecundos pesquisadores, entre os quais podemos citar Nádia Farage e Berta Becker, que viram nesse movimento um importante veículo para se estudar as disputas que se estabeleceram entre as potências europeias por essa região. Essas contribuições foram significativas para o incremento da historiografia sobre o período colonial brasileiro. Mas ainda há campos abertos, que merecem uma síntese e um trabalho de investigação. Entre eles podemos citar as imbricadas relações que conduziram à ocupação e povoamento do vale do rio Branco, entre os séculos XVII e XIX.

Durante o período da União Ibérica (1580 a 1640) os limites estabelecidos pelo Tratado de Tordesilhas foram extrapolados, com a consequente apropriação lenta e gradativa do território amazônico. Nesse período também foi adotada uma medida que trouxe grandes repercussões para a área. Em 1621 a Coroa portuguesa instituiu o Estado do Maranhão e Grão-Pará, com sede em São Luis, como unidade administrativa separada do Brasil, com sede em Salvador, e ligada diretamente à metrópole.

A divisão em dois Estados, segundo Farage (1991), teria sido baseada em fatores geográficos, como a dificuldade em se chegar à região a partir do Brasil em razão do regime

de ventos e correntes marítimas desfavoráveis. Farage ainda nos informa que “a princípio meramente administrativa, tal divisão veio a configurar uma real e profunda diferença de cunho político-econômico entre as duas regiões” (1991, p. 23). E mais, uma diferenciação ocorreu entre o próprio Grão-Pará e Maranhão, embora ligados administrativamente até meados do século XVIII. A base econômica do maranhão fundamentou-se na produção de algodão, enquanto no Grão-Pará realizava-se como atividade o extrativismo (drogas do sertão).

A ocupação portuguesa da Amazônia apresenta um caráter marcadamente estratégico-militar, direcionada a efetivação da posse dessa imensa região. Nesse sentido, Portugal formulou algumas práticas que lhes permitiram a concretização de seus objetivos. Entre elas destacaram-se os princípios da geopolítica, pois

(...) por mais que quisesse a Coroa não tinha recursos econômicos e população para povoar e ocupar um território de tal extensão. Portugal conseguiu manter a Amazônia e expandi-la para além dos limites previstos no tratado de Tordesilhas, graças a estratégias de controle do território. Embora os interesses econômicos prevalecessem, não foram bem-sucedidos, e a geopolítica foi mais importante do que a economia no sentido de garantir a soberania sobre a Amazônia, cuja ocupação se fez, como se sabe, em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência (BECKER, 2005, p.1).

Os interesses econômicos aludidos por Becker relacionavam-se, principalmente, as chamadas “drogas do sertão”. Elas compreendiam uma série de produtos extraídos da floresta, como o cacau, a castanha, a baunilha, o cravo, a salsaparrilha, a canela, o urucum, a quina, várias espécies de madeira, pimenta, ovos e óleo de tartaruga, etc. Era uma economia, portanto, pouco dinâmica, atrelada a demandas externas.

Alicerçada no princípio do *Uti Possidetis*³, a Coroa portuguesa empreendeu o processo de demarcação das fronteiras amazônicas. Analisando esse quadro, Celso Castro e Adriana Souza nos informam que

sobre o processo de demarcação das fronteiras e, portanto, de formalização do domínio português (depois brasileiro) na atual Amazônia é necessário sublinhar que as fronteiras não foram asseguradas pela força das armas. Tanto as primeiras expedições quanto as forças militares dirigidas para a região, mesmo os regimentos enviados de Portugal, ainda que tenham travado alguns combates, não tiveram papel expressivo no traçado das fronteiras. A chamada ‘fronteira militar portuguesa’, esboçada no século XVIII, organizou-se apoiada na diplomacia e sobre a construção de pequenas fortalezas isoladas num território em larga medida desconhecido. É verdade que essas fortalezas existiram em bom número e começaram a ser erguidas

³Princípio do antigo direito romano, segundo o qual quem tem a posse efetiva de um território, quem o conquistou, deve ter a sua posse de direito garantida.

cedo, desde a expedição de Castelo Branco. Contudo, elas não eram obras de engenharia grandes e sólidas (2006, p. 51).

Assim, em 1616 o Forte do Presépio foi fundado por Francisco Caldeira Castelo Branco, materializando e assinalando a presença portuguesa na Amazônia. A partir do forte originou-se a cidade de Belém, que constituiu-se uma importante base para a penetração do vale amazônico, com a consequente construção de feitorias e missões e embates contra estrangeiros pela posse do território (DIAS, s.d.).

As fortalezas aludidas por Celso Castro e Adriana Souza foram construídas em pontos estratégicos da Amazônia, nas fronteiras consideradas mais frágeis ou essenciais para a manutenção do domínio do vale. A maioria apresentava um pequeno porte, geralmente construídas com materiais pouco resistentes. Sua atuação dava-se mais no plano ideológico, que necessariamente bélico (GOMES FILHO, 2008).

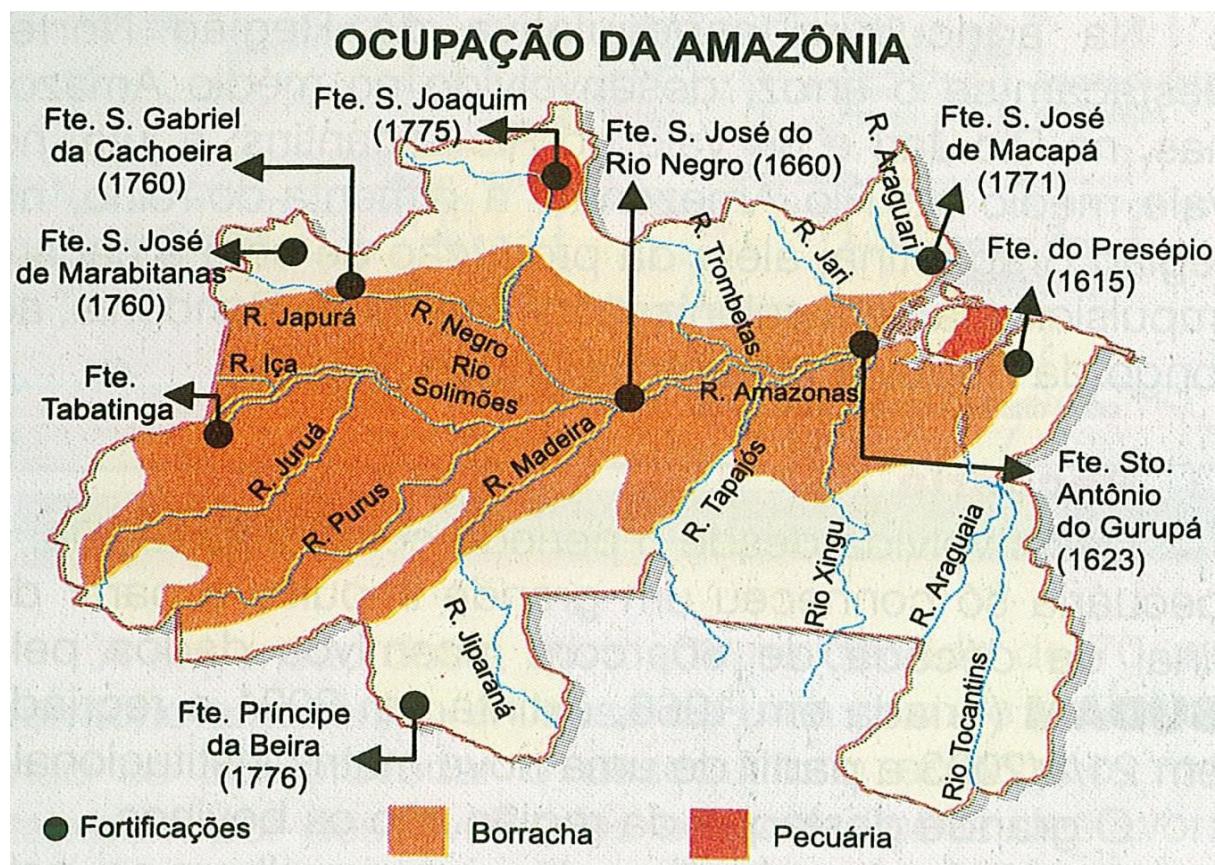


Imagen 01: Fortificações na Amazônia colonial.

Fonte: www.rc.unesp.br/atho/ap.

No caso do vale do rio Branco, Portugal também desenvolveu estratégias que lhes garantiram a posse efetiva sobre esse território (GOMES FILHO, 2008). Nessa área houve embates, diretos e/ou indiretos, entre portugueses, espanhóis e holandeses.

Os dados sobre a descoberta do rio Branco são extremamente vagos e controversos, sendo que a primeira referência a esse rio aparece nas crônicas do jesuíta Christobal de Acunã, que acompanhava a viagem de Pedro Teixeira de Belém a Quito, entre os anos de 1637 e 1639. A esse respeito, afirma Ribeiro de Sampaio que:

esta notícia [do descobrimento] nos dá o padre Christovão da Cunha no cap. 65 da sua *Relação do rio Amazonas*, escripta conforme as observações feitas na viagem d'aquelle rio no ano de 1639. Eu escrevo as suas palavras, para as accomodar ao meu propósito. “os últimos são os Uaranacuacenas, que habitam um braço do Rio Negro, e por este braço, como fomos sufficientemente informados, é que se pode passar ao rio chamado Grande, que desembocca no mar do Cabo do Norte, e junto do qual se estabeleceram os hollandezes (1850, p. 205).

Ribeiro de Sampaio (1850) afirma que os portugueses eram conhecedores do rio Branco já no ano de 1639 e que sabiam que a partir dele poderiam alcançar as colônias holandesas nas Guianas. Ainda para ele, o descobrimento total dessa área foi obtido em 1670-71, ao mesmo tempo em que se processava o reconhecimento do rio Negro. Mas, são desconhecidos documentos mais seguros que comprovem essas afirmações.

O certo é que, para a área do rio Branco, os documentos datam do século XVIII e aumentam de volume com a expansão oficial empreendida pelas tropas de resgate na década de 1730 (FARAGE, 1991).

Com as constantes devastações causadas pelas tropas de resgate no rio Negro e a necessidade de suprir o mercado colonial (Belém e São Luís) de mão de obra escrava indígena, empreende-se uma exploração sistemática da área do rio Branco.

A primeira tropa oficial de resgate adentrou o rio Branco em 1736 sob o comando de Christovão Ayres Botelho, sendo que dela pouco se sabe. Mas, é certo que no mesmo ano chegaram a Belém “produtos naturais” (cacau, salsaparrilha, cravos, etc.) e escravos indígenas oriundos do vale do rio Branco. Em 1738 um plantador do Maranhão, Lourenço Belfort, comanda outra tropa, financiada com seu próprio capital. Um ano depois o Governo financia e envia outra tropa, comandada por José Miguel Ayres. Supõe-se que as duas tropas passaram a atuar em conjunto (FARAGE, 1991).

Durante os anos de atuação as tropas de resgate levaram a um “desastre social e demográfico causado pela ação do apresamento e epidemia combinados” (*Idem, Ibidem*, p. 72).

No contexto da economia instável e pouco dinâmica da Amazônia, a produção da região do rio Branco também se ligava à atividade extrativista: madeiras, resinas, ovos de tartarugas, cacau, etc. Mas sua ocupação se insere, primordialmente, em dois motivos. Isto é,

o apresamento de índios pelas chamadas tropas de resgate e a “ contenção” de invasões externas (*Idem, Ibidem*).

No caso das invasões externas, o discurso português para o Branco “montar-se-ia sobre o tema da necessidade de sua ocupação para estancar a invasão insidiosa dos manufaturados holandeses, flanco aberto na segurança dos domínios portugueses na Amazônia” (*Idem, Ibidem*, p. 79).

Partindo da análise dos relatos de alguns cronistas sobre a Amazônia, percebemos que as incursões europeias à costa da Guiana ligam-se a difusão do mito do Eldorado cuja cidade, Manoa, estaria situada junto ao lago chamado Parime⁴. Em busca das imensas riquezas desse reino fantástico, espanhóis e ingleses realizaram uma série de campanhas, iniciadas em 1594, com a expedição de Sir Walter Raleigh.

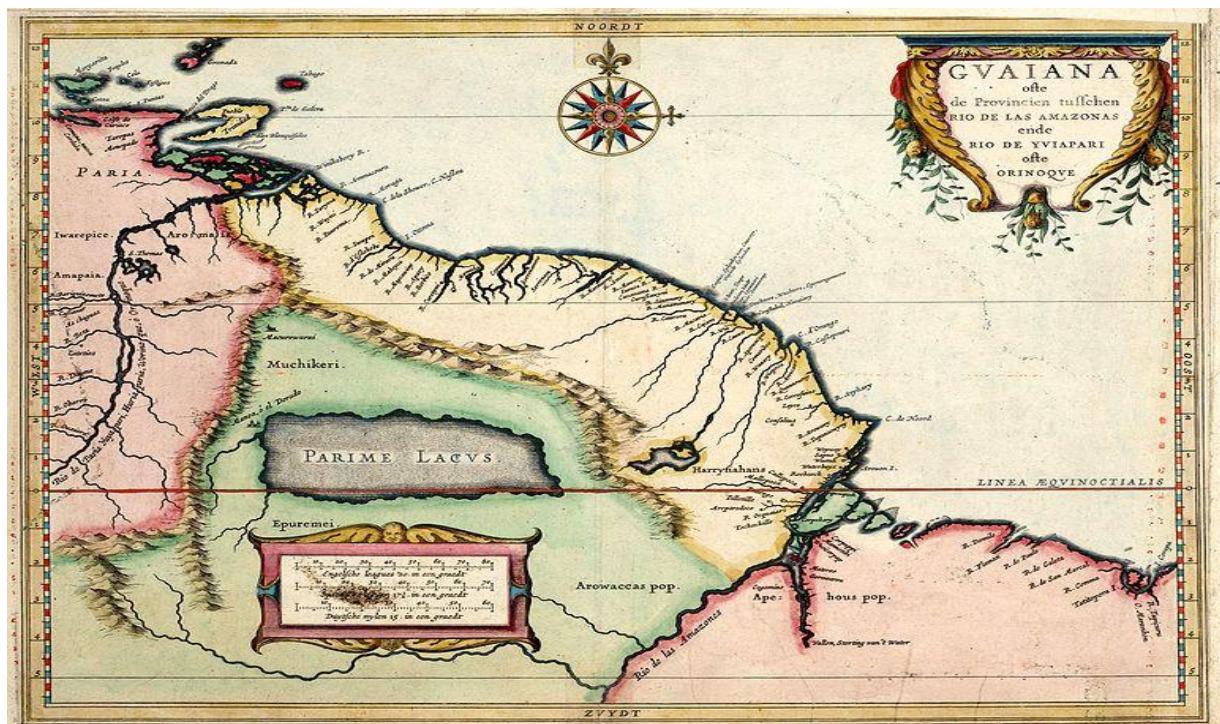


Imagen 02: Mapa da localização do Lago Parime.
Fonte: GERRITSZ, Hessel, 1625 In: www.iberoamericanadigital.com.br.

⁴ Segundo o mito, a cidade de Manoa possuía suas construções cravejadas de pedras preciosas e as ruas e rios cobertos de ouro. Situada às margens do lago Parime, essa cidade fantástica era governada por um príncipe cujo corpo era recoberto de ouro, daí chamar-se o El Dorado (o dourado em espanhol) (IBGE, 1981).

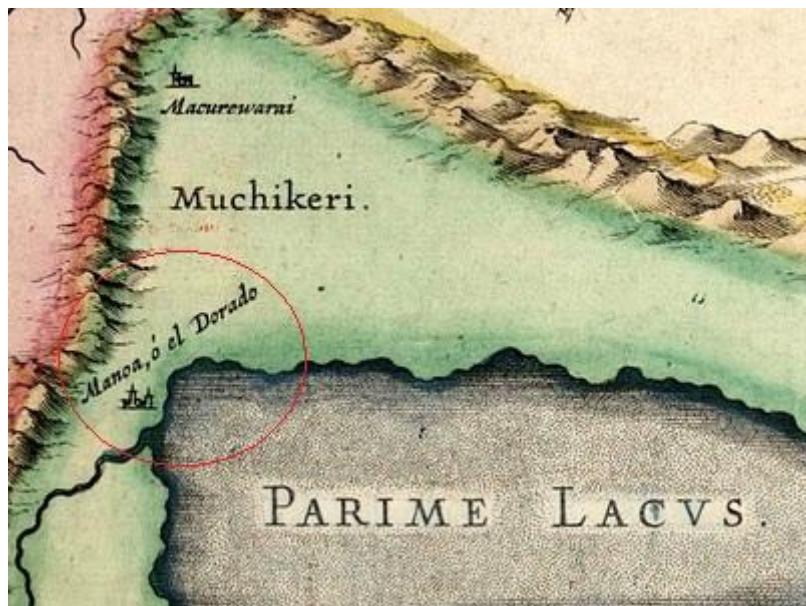


Imagen 03: Detalhe do mapa de Gerritsz com a localização da Cidade de Manoa.

Fonte: GERRITSZ, Hessel, 1625 In: www.iberoamericanadigital.com.br

Os holandeses, que já comerciavam clandestinamente no Caribe, também estenderam suas atividades a essa parte do continente com a fundação, em 1580, de uma feitoria em sua costa, que mantinha negócios com os índios.

O ponto de partida para a consolidação e penetração da presença dos colonos holandeses foi a construção do forte Kyk-over-al em 1613, no estuário do Essequibo, sob a liderança de Groenewagen (DREYFUS, 1993). De início uma iniciativa privada, o empreendimento comercial e colonizador tornou-se monopólio da Companhia das Índias Ocidentais em 1621. As colônias do Essequibo, no entanto, passaram por um difícil período devido a baixa lucratividade. Contudo, tais estabelecimentos passaram a ser financiados pelas câmaras das cidades holandesas de Veere, Middelburg e Vlissengen (FARAGE, 1991).

Nesse contexto torna-se efetivo o processo de colonização da região, cuja estrutura econômica baseava-se na produção açucareira em larga escala, na utilização de uma grande quantidade de mão de obra escrava negra e, embora de forma secundária, no comércio com os indígenas. Os produtos europeus (machados, facas, armas de fogo, espelhos, etc.) eram trocados por bens tropicais valorizados como madeiras, tinturas, óleos essenciais, ervas medicinais e outras especiarias conhecidas pelo nome de drogas do sertão.

Essa articulação comercial com os índios insere-se no movimento de compreensão da política indigenista holandesa, pois “contrariamente aos portugueses e sobretudo aos espanhóis, os holandeses jamais pretendiam impor sua soberania aos índios, nem ‘civilizá-los’ e ‘cristianizá-los’ (DREYFUS, 1993, p. 23). O que não significa, necessariamente, um

trato mais ameno com os chamados gentios, mas apenas uma maneira diferente de impor seu poderio.

O processo de “cooptação” dos indígenas era visto por espanhóis e portugueses com preocupação, pois expressaria uma forte tática expansionista dos holandeses. De fato, o escambo entre holandeses e índios teve como principal característica “se justapor às relações intertribais, envolvendo a participação ativa de intermediários índios” (FARAGE, 1991, p. 85). O conhecimento indígena era utilizado para adentrar e povoar o território tão vasto e inóspito, alcançando populações fora da órbita imediata dos holandeses, inclusive o vale do rio Branco. Além disso, “para manter a prosperidade de suas plantações ameaçadas pelos estrangeiros e sobretudo pela fuga e revolta de escravos negros, eles se serviram de verdadeiras milícias indígenas” (DREYFUS, 1993, p. 23).

Os holandeses mantiveram um ativo comércio de manufaturados na região do rio Negro que, com o seu declínio, transfere-se para a área do vale do rio Branco. A importância do comércio holandês esteve na base de um discurso prioritário de colonização da Amazônia, que irá reflete-se na área do rio Branco (*Idem, Ibidem*).

Interessa-nos salientar o desconhecimento que os portugueses possuíam da bacia do rio Branco como meio de ligação entre o rio Essequibo e o vale amazônico (OLIVEIRA, 2003), pois esse fato “foi o grande desafio geopolítico português a ser superado para manter-se na vanguarda de conquista contra seus inimigos” (GOMES FILHO, 2008, p. 48). As informações sobre essa rota foram obtidas com o relato do desertor holandês Nicolas Horstman⁵ e com as observações *in locus* apreendidas pelas tropas de resgate que adentraram o vale do rio Branco a partir da década de 1740 (FARAGE, 1991).

As informações de Horstman foram divulgadas na Europa por Charle-Marie de La Condamine, viajante francês que realizou uma expedição à bacia Amazônica entre 1735 e 1744. La Condamine também se apropriou do relato de Horstman para elaborar (OLIVEIRA, 2003) o seguinte mapa, no qual destacamos a bacia do rio Branco:

⁵ Nicolas Horstman, no final da década de 1730, empreendeu uma expedição com fins de prospecção mineralógica nas serras do Alto Essequibo, da qual deserta através do Branco (FARAGE, 1991). Após ser preso e levado ao Grão-Pará, onde é interrogado, expõe com detalhes o percurso por ele percorrido, o que resulta no primeiro documento escrito (1739-1741) sobre a ligação existente entre o Essequibo e o rio Negro através do Branco (OLIVEIRA, 2003).

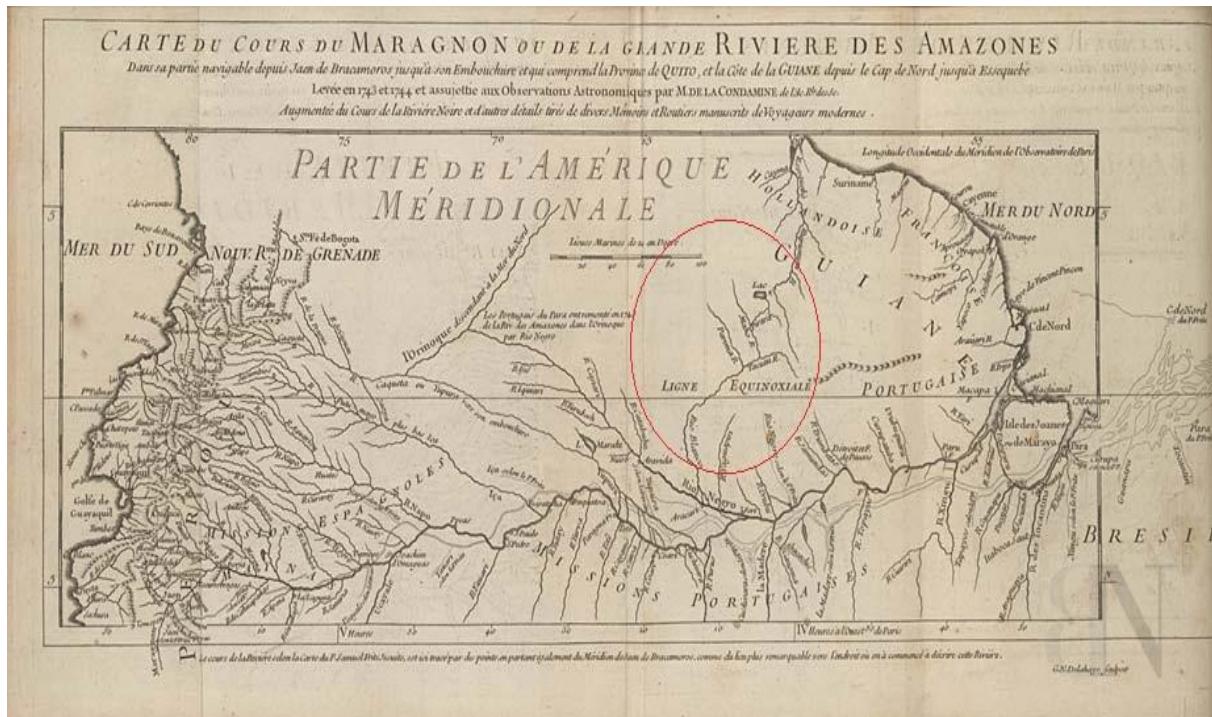


Imagen 04: Mapa da bacia amazônica segundo expedição de La Condamine.
Fonte: www.iberoamericadigital.net.

Para Ribeiro de Sampaio as precauções portuguesas contra as invasões no vale amazônico seriam inúteis se o acesso ao rio Negro através do rio Branco fosse aberto às outras nações. Desse modo,

a primeira utilidade por que resulta a Portugal da dominação do Rio Branco é formar uma barreira para oppor aos Hollandezes e Hespanhoes, e cobrir com ella as nossas províncias interiores: é acautelar os danno que da vizinhança d'estes nos podem resultar, sendo senhores do Rio Branco, porque, nos põem em risco de perder o commercio das nossas conquistas (1850, p. 210).

Os sobressaltos com a assiduidade dos holandeses na região do alto rio Branco deram ensejo a Carta Régia de 14.11.1752, que ordenava a construção de uma fortaleza às margens desse rio. Porém, razões de ordem econômica adiaram o cumprimento da lei, ficando a segurança da região à mercê de patrulhamentos escassos e ineficientes. Somente em 1775, com o movimento espanhol em direção a mesma região, é que começa a ocupação efetiva do rio Branco (FARAGE, 1991; OLIVEIRA, 2003).

Para os portugueses a cordilheira existente na região do rio Branco e a distância que o separava das povoações espanholas presentes no Orinoco constituíam uma defesa natural contra as invasões. Entretanto, em 1775 o desertor holandês Gervásio Leclerc chega a Barcelos, capital da capitania de São José do Rio Negro, após atravessar o rio Branco e noticia a presença dos espanhóis no vale do Branco (FARAGE, 1991).

A movimentação espanhola em direção a área iniciou-se com uma expedição comandada pelo tenente D. Nicolau Martines, que perdurou de 1769 até 1771. D. Manoel Centurion, que governava a chamada Guiana Espanhola nesse período, enviou nova expedição a região em 6 de março de 1773. Essa expedição partiu da província de Angostura, localizada no rio Orinoco e, após venceram a cordilheira, os espanhóis se estabeleceram no rio Uraricoera (SAMPAIO, 1850). Quanto aos motivos que levaram os espanhóis a realizarem essa empreitada, assim nos diz o ouvidor Ribeiro de Sampaio:

querem pois fazer-nos crer os Hespanhóes que o fim de tão cansadas diligencias era a descobrir aquelle decantado e famosíssimo lago Dorado, por outro nome Parime, objecto de tantas fadigas depois do descobrimento da América até o presente, e que com effecto o chegaram a descobrir (1850, p. 198).

Embora tenham utilizado a busca pelo Eldorado como justificativa para as suas incursões, o fato é que os espanhóis também recorreram às costumeiras práticas de conquista colonial, como o aquartelamento no rio Uraricoera e a formação dos aldeamentos indígenas de Santa Rosa e São João Batista de Caya-Caya, no mesmo rio (FARAGE, 1991).

Nesse contexto, o avanço espanhol sobre o vale do rio Branco, com o claro objetivo de ocupar o território, força a metrópole a reelaborar suas práticas para a área e a definir estratégias que garantissem a posse da terra. Assim, o rio Branco no século XVIII, de uma economia colonial extremamente frágil e apenas parcialmente interligada ao contexto mais amplo da Amazônia, torna-se foco da atenção portuguesa, que elabora estratégias de dominação completa da região. Isso, como dissemos, devido a:

sua importância para o mercado interno colonial como zona de suprimento de escravos índios e sua posição estratégica, que impunha uma política oficial do Estado visando defender a Amazônia de possíveis aventuras expansionistas dos vizinhos espanhóis e holandeses (*Idem, Ibidem*, p. 55).

A notícia da presença dos espanhóis no rio Branco causa alarde entre os portugueses que, em 03 de outubro de 1775, enviam uma expedição à região comandada pelo Capitão Phelippe Sturm⁶. A expedição não encontrou grande resistência por parte dos espanhóis, logrando o êxito de expulsá-los. Além disso, coube a Sturm projetar e construir uma fortaleza,

⁶ Phelippe Frederico Sturm, oficial alemão a serviço da Coroa portuguesa, chegou ao Rio Negro por ocasião do processo de demarcação das fronteiras com os espanhóis (Tratado de Madri) (SAMPAIO, 1850). Faleceu em setembro de 1778, sendo enterrado fora do Forte São Joaquim, no local destinado a construção de uma capela que havia projetado e, que no entanto, servia de cemitério (FERREIRA, 1994).

da qual foi o primeiro comandante, e fundar os primeiros aldeamentos na área do Branco (SAMPAIO, 1850).

Uma vez rechaçada essas pretensões espanholas na região, a presença portuguesa torna-se constante no vale do rio Branco com a construção, entre 1775 e 1776, finalmente, do Forte São Joaquim, à margem esquerda do Tacutu, no ponto de junção deste rio com o Uraricoera, ponto considerado estratégico para impedir a invasão de espanhóis e holandeses (FARAGE, 1991; GOMES FILHO, 2008; BARBOSA, 1993).



Imagen 05: Forte São Joaquim do rio Branco.

Fonte: Acervo de Waldir Paixão (Aquarela feita durante a expedição comandada por Alexandre Rodrigues Ferreira \ Séc. XVIII). In: VERAS, 2009.

Lobo D'Almada, em relato sobre sua viagem ao rio Branco em 1787, assim se expressa sobre o Forte São Joaquim:

A fortificação que temos no rio Branco, se reduz a um forte de campanha dos mais pequenos (...) O forte é construído de pedra e barro. Pela sua muita estreiteza não tem fogo de apoio e protecção. Os terraplenos incapazes pela sua muita pequenez para n'elles manobrar a artilharia; que consta de doze peças de ferro do calibre de seis até uma quarta. Os parapeitos formados de pedra e barro improprios para cobrirem os defensores. Nem uma rampa por onde marche uma peça de artilharia (1949, p. 181).

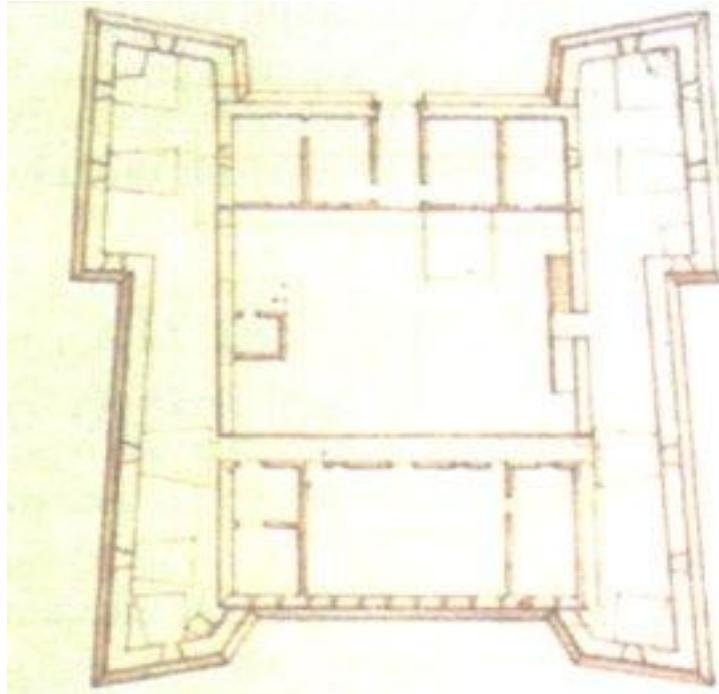


Imagen 06: Planta baixa do Forte São Joaquim
Fonte: senado. gov.br.

De fato, segundo outras fontes pesquisadas (FERREIRA, 1994; SAMPAIO, 1850), o Forte São Joaquim não era uma grande obra de engenharia, mas funcionou como o agente administrativo do Estado português no vale do rio Branco (GOMES FILHO, 2008).

Nesse primeiro momento, além da construção de uma base militar na região - com a construção do forte -, há um investimento em aldeamentos indígenas, com a intenção de fazer valer o já citado princípio do *uti possidetis* e como parte da política do Diretório Pombalino⁷. Segundo Farage (1991), nas obras do forte a mão de obra indígena já foi utilizada, sendo que o processo de aldeamento se processou rapidamente e de modo eficaz. A esse respeito afirma Sampaio que:

Ao mesmo passo que a obra da fortaleza ia prosseguindo, se principiaram a reduzir as nações de Indios d'aquelles districtos, e a formarem-se as povoações nos logares que pareceram mais commodos, pelas margens dos dois sobreditos rios [Uraricoera e Tacutú] e do Branco. Esa diligencia não custou mais do que emprehendel-a. Parece que suspiravam aquelles Indios pela nossa sujeição. Deram logo a conhecer quanto dependiam de nós (...) (1850, p. 201).

⁷ Aprovado em 1755, o Diretório proibia definitivamente a escravidão indígena, ao mesmo tempo em que preconizava a sua “integração” na dinâmica colonial. Posteriormente, em 1758, o Diretório é estendido a toda a América Portuguesa (FARAGE, 1991; VIEIRA, 2007).

Os primeiros aldeamentos portugueses na região do rio Branco foram em número de cinco: Nossa Senhora do Carmo, Santa Isabel e Santa Bárbara no próprio rio Branco; São Felipe, no Tacutu; e Nossa Senhora da Conceição, no Uraricoera. Esses aldeamentos ficavam sob o controle de militares subordinados ao comandante do Forte São Joaquim (OLIVEIRA, 2003). Desse modo, “a partir desse momento da história, foi possível considerar o início de uma modesta, porém politicamente determinada ação colonizadora nesta região” (BARBOSA, 1993, p. 125). Tratava-se, como observa Farage, de:

formar no rio Branco uma barreira contra invasões ao vale amazônico, mas, note-se, uma barreira humana; desta perspectiva, a submissão dos índios (...) premissa fundamental no projeto colonizador português para a Amazônia como um todo, neste caso seria, mais do que nunca, um imperativo (1991, p. 128).

Os administradores dos aldeamentos tentavam atrair os indígenas para que se estabelecessem nessas áreas, utilizando-se, para este fim, de alianças, rivalidades, promessas e, não raro, a pura e simples violência. Estes fatores trarão muitos embates ao longo dos anos, pois nos aldeamentos se praticavam toda sorte de abusos à população indígena: exploração da mão de obra, desrespeito aos seus valores culturais, etc. (VIEIRA, 2007).

A política portuguesa de criação de aldeamentos nessa região mostrou-se ineficaz, principalmente a partir de duas grandes revoltas ocorridas em 1780 e 1790. As tentativas posteriores de restabelecer os aldeamentos não foram suficientes para que esse sistema perdurasse com o vigor de antes (FARAGE, 1991). Como atesta Vieira:

a construção do Forte São Joaquim, como estratégia militar de ocupação, e os aldeamentos não foram suficientes para formar e consolidar um núcleo populacional consistente no extremo norte da colônia. Por outro lado, podemos também afirmar que os Diretórios que teriam a responsabilidade de formar comunidades agrícolas estáveis com perspectivas de dificultar a penetração estrangeira não teriam se concretizado. Fortificações e Diretórios foram projetos que fracassaram na tentativa de assegurar e povoar o Rio Branco (2007, p. 28-29).

O fracasso dos aldeamentos, contudo, não pôs um fim à determinação portuguesa de ocupar a região. Um novo projeto seria colocado em prática no final do século XVIII: a pecuária.

Algumas bibliografias creditam ao Coronel Manoel da Gama Lôbo D’Almada a introdução do rebanho bovino no vale do rio Branco, divergindo apenas quanto a data dessa iniciativa (1786-87 ou 1790). O certo é que Lobo D’Almada apregoava os benefícios advindos desse empreendimento:

A introdução do gado *vaccum* nos ferteis campos do rio Branco, deve produzir um artigo do commercio ao interior da capitania, que lhe traria muitas vantagens: primeira. A de ter açougue a capital, e evitar-se o estrago que se faz nas tartarugas (...) segunda. As carnes seccas com que se poderem fornecer as diferentes povoações da capitania em que há trabalhos publicos (...) terceira. A sola que fabricada na capitania sahiria a melhor preço aos seus habitantes [...] ainda sem fallar na exportação que pelo tempo adiante Ella pôde ter para fora da capitania: quarta. Cresceriam as rendas reaes com os dízimos do gado, e com o real de subsidio litterario imposto na carne que se talhasse no açougue (1949, p. 171).

Foram criadas pela coroa portuguesa, em fins do século XVIII, as chamadas “Fazendas do Rei”⁸, que compreendiam: São Bento; São José (instalada próximo ao Forte São Joaquim) e São Marcos (instalada ao norte do vale, entre os rios Uraricoera e Tacutu) (OLIVEIRA, 2003; MAGALHÃES, 2006; SANTILLI, 1994).

Esse novo projeto pautou-se na pecuária como uma forma de estimular o desenvolvimento econômico e populacional do vale do rio Branco (VIEIRA, 2007; OLIVEIRA, 2003). Segundo o pensamento que pautou essa estratégia, “a criação de núcleos populacionais que abrigassem tal rebanho nas áreas de campo do Alto Rio Branco poderia estimular e propiciar um real e mais abrangente povoamento desta região” (BARBOSA, 1993, p. 129). Contudo, não foi o que aconteceu. A ocupação civil (não-indígena) no alto rio Branco só ocorreu de fato nas duas últimas décadas do século XIX, sendo que anteriormente era povoados, basicamente, por militares, funcionários da Coroa e alguns missionários (SANTILLI, 1994)

Passados muitos anos da introdução das primeiras cabeças de gado no alto rio Branco, o empreendimento da pecuária continua a ser um empreendimento oficial:

Com efeito, os possíveis interessados, a população de colonos civis no vale do rio Branco, estavam voltados sobretudo para a extração de balata e de caucho nas matas do baixo rio em fins do século XIX e início do século XX. É somente a partir deste período que a pecuária começa a se constituir em atividade marginal dentro da economia extrativista da Amazônia (*Idem, Ibidem*, p. 20).

Ao final do século XIX o empreendimento da criação de gado nos campos do rio Branco iria fazer as fazendas, desta vez particulares, multiplicarem-se pela região. Essa multiplicação, contudo, processou-se através da invasão dos territórios indígenas e da posse gradativa das terras pertencentes às Fazendas Nacionais (SANTILLI, 1994; VIEIRA, 2007).

⁸ Em 1841 a fazenda São José foi incorporada a de São marcos e a fazenda São Bento foi desarticulada.

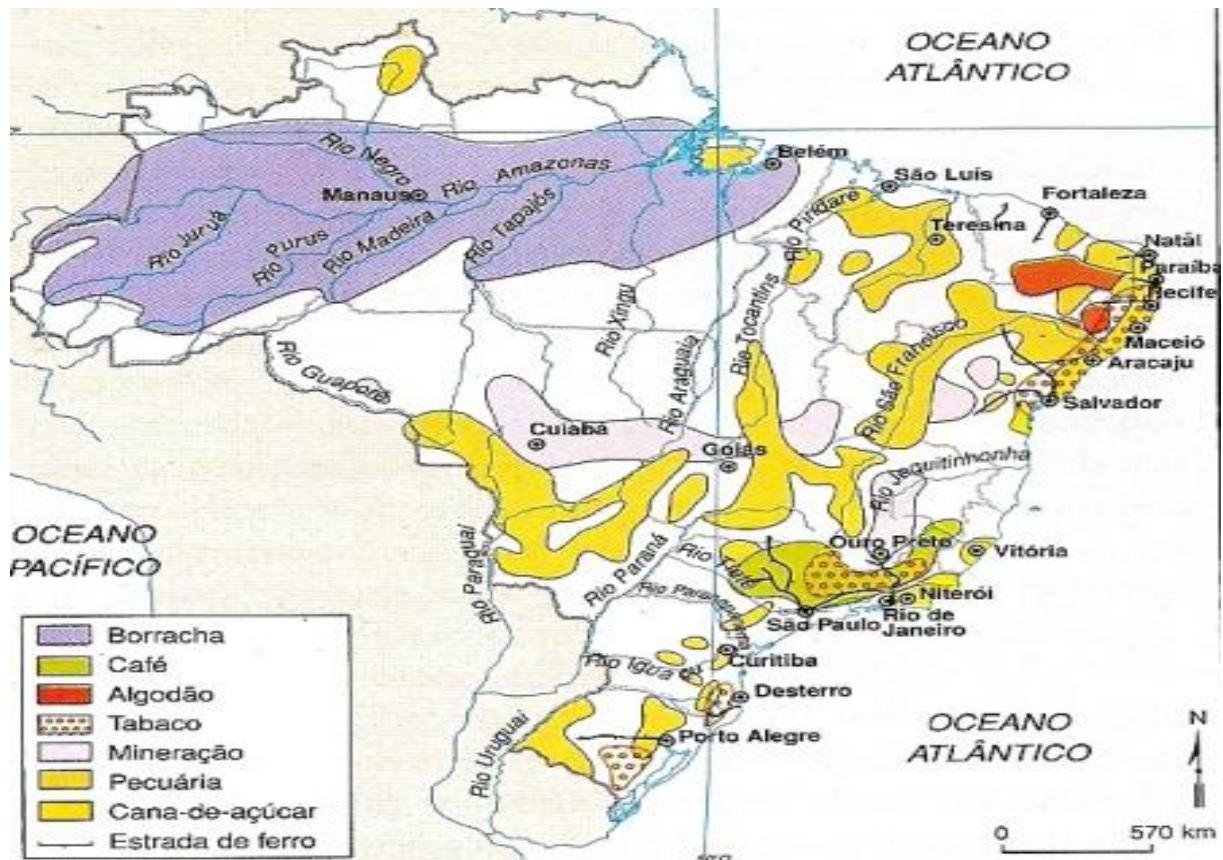


Imagen 07: Mapa econômico do Brasil/século XIX.

Fonte: ADAS, Melhem , 2004, p. 45.

Dentre as fazendas particulares criadas ainda na primeira metade do século XIX destacamos a Fazenda Boa Vista. Fundada em meados de 1830, na margem direita do rio Branco, é tida como o embrião da cidade de Boa Vista.

Em 1858, através de lei provincial foi estabelecida a Freguesia de Nossa Senhora do Carmo, sediada junto à antiga fazenda. Um dos objetivos deste ato era fortalecer a presença do Estado na região e afastar qualquer possibilidade de perda deste território para outros países. A freguesia fazia parte do município amazonense de Moura. Anos mais tarde, mais precisamente em 1890, criou-se o município de Boa Vista do rio Branco, com a freguesia sendo elevada a categoria de Vila (OLIVEIRA, 2003). Mas, esse ato não foi suficiente para incrementar o processo de povoamento da região. Um movimento migratório mais significativo só foi verificado com a criação do Território Federal do rio Branco (SANTILLI, 1994).

III Capítulo

3. A criação do Território Federal do Rio Branco (Roraima)

No presente capítulo enfocaremos, resumidamente, o contexto em que se efetivou a criação do Território Federal do Rio Branco⁹, atual estado de Roraima. A elaboração do plano urbanístico de Boa Vista não pode ser dissociada das questões que permearam o pensamento que criou porções territoriais sob o controle direto do Governo Federal: segurança nacional, com o controle e a proteção das áreas de fronteira.

3. 1 O “Discurso do Rio Amazonas”: a criação de Territórios Federais

Com o advento do Estado Novo (1937-1945) a Amazônia transforma-se em foco de atuação do governo varguista, que elabora medidas e propostas direcionadas a um planejamento mais racional e sistemático para a região (BAHIANA, 1991), com a forte intervenção do Estado. Para Santos (2003) isso tornou-se possível devido a algumas características do estadonovista, como vontade política, centralização e continuidade, conjugadas com uma ideologia de caráter desenvolvimentista.

A política desenvolvimentista da ditadura de Vargas, centrada no processo de industrialização, objetivava o crescimento econômico homogêneo do país, entendido enquanto nação única e coesa. Dessa forma, dada a magnitude do projeto, o desenvolvimento brasileiro se faria através da ação do Estado, dirigido por seu chefe: o presidente (FREITAS, 1996).

A ideologia nacionalista forneceu uma base para que a proposta de desenvolvimento ganhasse respaldo ao advogar a identificação de todos os brasileiros com o futuro do país, a

⁹ Em 1962, através da Lei nº 4.182 de 13 de dezembro, esse território passa a chamar-se Território Federal de Roraima em razão dos equívocos cometidos devido à coincidência toponímica com a cidade de Rio Branco, capital do Território Federal do Acre.

partir de um passado comum, criando uma verdadeira unidade nacional. Desse modo, ao associar desenvolvimentismo/nação, essa política implicava que aqueles que inviabilizassem o desenvolvimento do Brasil estariam contra a nação como um todo (D'ACAMPORA, 2002).

Na construção de um ideário comum, nacionalista, o governo de Vargas utilizou-se do controle estabelecido sobre os meios de informações do país. Por isso, foi estruturado todo um suporte de propaganda destinado a legitimar e difundir a ideologia do Estado Novo, fato consubstanciado com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).

No contexto em questão também foram reelaborados os pressupostos do antigo movimento bandeirante, com seu sentido de expansão para o interior do país, desbravamento e povoamento dos sertões e exploração das riquezas. Tratava-se, agora, de redescobrir o Brasil, inclusive, senão principalmente, a Amazônia. O programa “Marcha para o Oeste” (1938) visava à integração econômica nacional através da colonização de suas regiões fragilmente ou totalmente desabitadas. As bandeiras do século XX recriariam o país para além de uma realidade física, reforçando o seu caráter unitário de nação (D'ACAMPORA, 2002; SANTOS, 2004; MARTINS, 2010).

A nova política de expansão teve em Cassiano Ricardo o seu grande expoente, cujas idéias encontram-se expressas no livro Marcha para Oeste (a influência da Bandeira na formação social e política do Brasil). Ao analisar o processo de colonização brasileira até o Estado Novo, Ricardo relaciona o governo Vargas com o bandeirantismo. De acordo com suas palavras, Vargas e o Estado Novo encarnavam o ideal máximo bandeirante de interiorização, com a conquista e o povoamento das áreas fronteiriças. Seria, portanto, a conquista do próprio território em áreas entendidas como fronteira. Nesse contexto é visível a apropriação do conceito de fronteira elaborado por Frederick Jackson Turner, em seu livro “The Frontier in American History”. Para Turner a fronteira se expressaria na luta entre a civilização e barbárie, a cultura e a natureza (D'ACAMPORA, 2002).

O conceito de fronteira foi assimilado na relação do poder central com a Amazônia. Essa imensa porção do território nacional foi entendida como uma terra a ser conquistada à civilização e incorporada ao progresso do restante do país. Tendo como meta a adesão popular ao seu projeto, o governo Vargas paulatinamente difundiu nos meios de comunicação a importância da Amazônia enquanto lugar de grandes potencialidades – riquezas – e essencial para a segurança nacional, devido à fragilidade de suas fronteiras.

Entre os anos de 1940 e 1943, ano da criação dos territórios federais, artigos de diversos autores sobre o programa Marcha para o Oeste foram publicados em periódicos de ampla circulação nacional e/ou regional. Muitos dos artigos contemplavam os aspectos da

política do Estado Novo para a Amazônia, como em “O discurso do Rio Amazonas”, “A Amazônia vai ressurgir – a visita do presidente Getúlio Vargas à Amazônia, da qual resultou um vasto plano de saneamento e de empreendimentos gerais no setentrião brasileiro”, “A visita do presidente Vargas e as esperanças de Ressurgimento do Amazonas”, etc. Desse modo, o público acompanhava os “esforços” do poder central em integrar e desenvolver a região.

Percebemos, claramente, que Vargas acessou um imaginário comum aos brasileiros sobre a Amazônia, como a imensidão de seu território, a abundância de suas águas, florestas e riquezas. A proposta do chefe do Estado voltava-se ao aproveitamento racional e sistemático de todas as potencialidades amazônicas de uma forma que, até então, nenhum governo havia feito (BAHIANA, 1991).

Em 1940, entre os dias 6 e 14 de outubro, Getúlio Vargas viaja à Amazônia, percorrendo o Pará, o Amazonas e Rondônia, reforçando o discurso do Estado para a região e promovendo a legitimação do novo regime político (BAHIANA, 1991). A viagem recebeu ampla cobertura dos meios de divulgação, como mencionamos anteriormente, que foi reforçada pelo aparato propagandista do próprio governo Vargas. Analisaremos a excursão de Vargas como um ato teatral, através do qual seu poder “se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro ceremonial” (BALANDIER, 1982, p. 7).

No dia 10 de outubro Vargas chega à Manaus, sendo recepcionado intensamente por populares e pela elite local. Durante sua estadia na cidade, Getúlio Vargas pronuncia um discurso que sintetiza muitos pontos do seu projeto para a Amazônia. Denominado como o “Discurso do rio Amazonas”, teve um grande impacto e reforçou o papel do estado na condução do destino da região:

O empolgante movimento de reconstrução nacional consubstanciado no advento do regime de 10 de novembro não podia esquecer-vos, porque sois a terra do futuro, o vale da promissão na vida do Brasil de amanhã (...). Não vos faltará o apoio do Governo Central para qualquer empreendimento que beneficie a coletividade. Nada nos deterá nesta arrancada que é, no século XX, a mais alta tarefa do homem civilizado: - conquistar e dominar os vales das grandes torrentes equatoriais, transformando a sua força cega e a sua fertilidade extraordinária em energia disciplinada. O Amazonas, sob o impulso fecundo da nossa vontade e do nosso trabalho, deixará de ser, afinal, um simples capítulo da história da terra e, equiparado aos outros grandes rios, tornar-se-à um capítulo da história da civilização. (VARGAS, 1941, p. 228-230).

Além disso, a prelação conclama todos os brasileiros, e também estrangeiros, a auxiliarem no processo de desenvolvimento amazônico, que necessita para a sua realização de

vontade política, exploração racional de suas riquezas e da aplicação de capitais. Tratava-se, portanto, de inscrever a Amazônia no conjunto econômico da nação.

Em seu discurso o presidente apontou os elementos que considerava responsáveis pelo entrave do progresso regional. Para ele, o imaginário construído acerca da Amazônia – como o de “Inferno Verde” – encobriria suas reais possibilidades, assim como o espaço imenso e despovoado e a prática dos interesses eventuais conduziu ao seu atraso. Transpor tal realidade perpassava a necessidade de “adensar o povoamento, crescer o rendimento das culturas, aparelhar os transportes” (*Idem, ibidem*, p. 227).

Promover o povoamento é uma questão constante nas palavras de Vargas, que cita o “clima caluniado” como um dos fatores da rarefação populacional. Mas, as condições climáticas que impõe ao homem amazônida uma luta constante com a natureza poderiam ser suplantadas através dos desenvolvimentos técnicos:

Até agora o clima caluniado impediu que de outras regiões com excesso demográfico viessem os contingentes humanos de que carece a Amazônia. Vulgarizou-se a noção, hoje desautorizada, de que as terras equatoriais são impróprias à civilização. Os fatos e as conquistas de técnica provam o contrário e mostram, com o nosso próprio exemplo, como é possível, às margens do grande rio, implantar uma civilização única e peculiar de elementos vitais e apta a crescer e prosperar. (*Idem, ibidem*, p. 227).

Sanear, conquistando a terra, dominando a água e sujeitando a floresta (VARGAS, 1941), através de um planejamento sistemático e racional, habilitaria a região a receber novos moradores, o que seria reforçado por uma política de fixação do homem através da colonização dirigida:

O nomadismo do seringueiro e a instabilidade econômica dos povoadores ribeirinhos devem dar lugar a núcleos de cultura agrária, onde o colono nacional, recebendo gratuitamente a terra desbravada, saneada e lotada, se fixe e estabeleça a família com saúde e conforto (...) e não, como acontecia antes, visando formar latifúndios e absorver a posse da terra, que legitimamente pertence ao caboclo brasileiro (*Idem, ibidem*, 228-229).

Não poderíamos deixar de mencionar a referência de Getúlio Vargas a Segunda Guerra Mundial e a questão da segurança das fronteiras:

O período conturbado que o mundo atravessa exige de todos os brasileiros grandes sacrifícios. (...) As águas do Amazonas são continentais (...). Aqui na extremidade setentrional do território pátrio, sentindo essa riqueza potencial imensa, que atrai cobiças e desperta apetites de absorção, cresce a impressão dessa responsabilidade a que não é possível fugir nem iludir (*Idem, ibidem*, p. 229).

A Amazônia é entendida como importante para a manutenção da Segurança Nacional, devido à grandeza do seu território e às potencialidades de suas riquezas (minérios, borracha, madeiras, etc.). Riquezas essas que sempre atraíram a cobiça internacional, desejosa de se apossar dessa porção da nação brasileira. Além disso, durante a Segunda Guerra Mundial a Amazônia tornou-se fornecedora de matérias-primas (borracha) para o esforço de guerra e para o parque industrial norte-americano, situação utilizada por Vargas para negociar com os americanos a ajuda financeira necessária para a realização dos seus projetos.

Resumindo, grosso modo, podemos dizer que a política do governo Vargas almejou colonizar os espaços despovoados na Amazônia através de uma política específica de incremento econômico (com a diversificação das atividades produtivas), construção de infraestrutura (saneamento, transportes, etc.) e migração. Acreditava-se que essas medidas integrariam a região ao restante do país e possibilitariam o seu desenvolvimento, além de garantir a proteção das fronteiras do Brasil.

De acordo com Bahiana (1991) para efetuar as mudanças de modernização pretendidas o Estado criou um aparato regional que incluía os seguintes órgãos: 1) *Banco de Crédito da Borracha - BCB*, com 40% de capital norte-americano, que visava fomentar a produção; 2) *Serviço Especial de Saúde Pública – SESP*, ao encargo da Fundação Rockefeller, e objetivava o saneamento básico; 3) *Rubber Reserve Company*, agência norte-americana incumbida dos transportes; 4) *Serviço Especial de Mobilização de Trabalhadores para a Amazônia – SEMTA* e *Comissão Administrativa de Encaminhamento de Trabalhadores para Amazônia*, cuja função era recrutar, hospedar e organizar a colocação dos nordestinos nos seringais; 5) *Superintendência de Abastecimento do Vale Amazônico – SAVA*, responsável pelo abastecimento e racionamento de gêneros; 6) *Comissão Brasileiro-Americana de Produção de Gêneros Alimentícios*, que objetivava desenvolver a produção agropecuária entre a Bahia e o Acre; 7) *Colônia Nacional do Amazonas e Colônia Agrícola Nacional do Pará*, destinadas a fixação de proprietários rurais, com a consequente colonização e povoamento dessas áreas; e 8) *Instituto Agronômico do Norte*, com sede em Belém, para a realização de pesquisas. Outras medidas também foram consideradas necessárias, como a construção do *Aeroporto de Ponta Pelada*, em Manaus, e a ampliação do aeroporto de Val-de-Cãs, em Belém. Destacamos, ainda, a ampliação do Serviço de Proteção ao Índio – SPI, para a resolução de conflitos entre indígenas e seringueiros.

Entretanto, a despeito da constituição do aparato estatal mencionado acima, estudiosos da Amazônia (BAHIANA, 1991; SANTOS, 2004) afirmam que a realização mais importante em termos concretos foi à criação dos Territórios Federais do Amapá, Rio Branco (atual

estado de Roraima) e Guaporé (atual estado de Rondônia). Segundo Freitas (1996) a criação dos territórios também teve como justificativa as questões de limites recém-resolvidas, como podemos perceber no seguinte mapa:

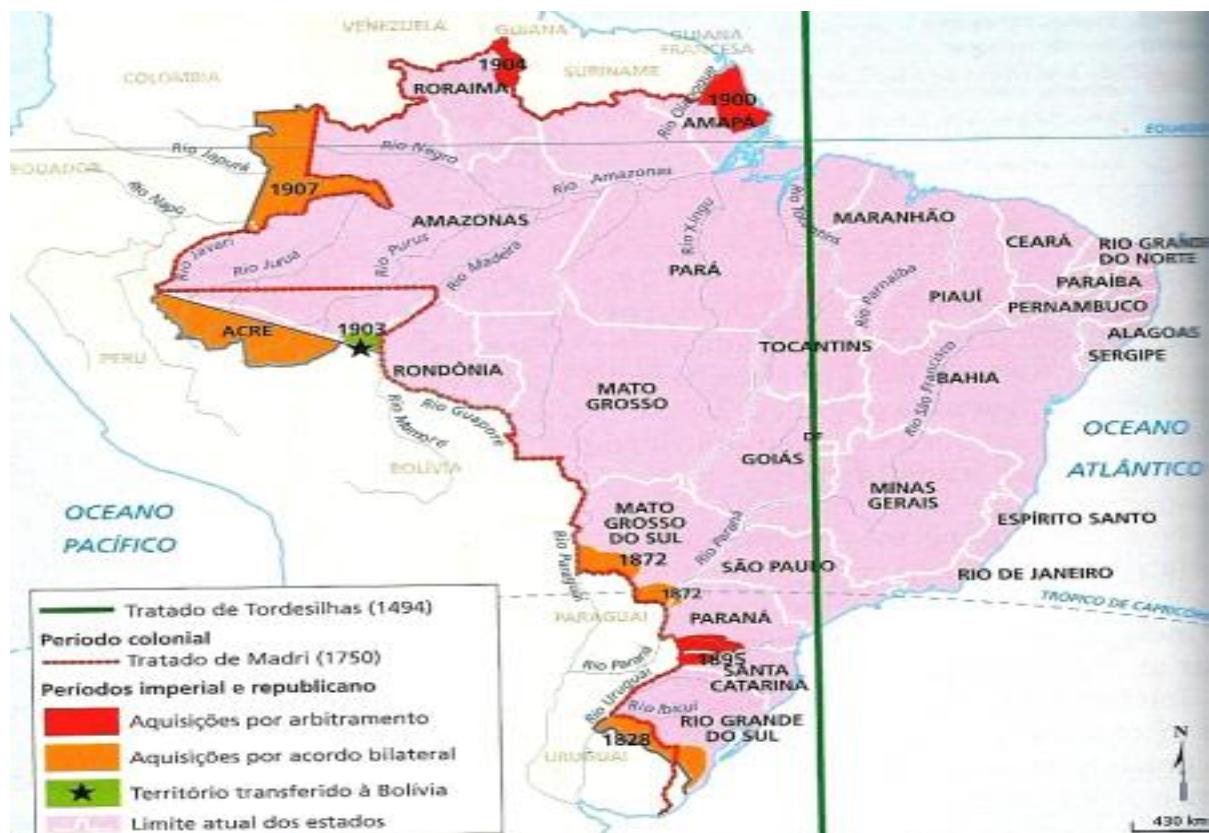


Imagem 08: Questões fronteiriças do Brasil.

Fonte: TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges, 2009, p. 88.

A idéia de se criar novas unidades administrativas geridas diretamente pelo poder central não surgiu no governo Vargas. Mas foi a Constituição de 1937 que atribuiu à União o poder de, em nome da defesa nacional, instituir Territórios sob a órbita direta do governo federal, com áreas desmembradas de estados (FREITAS, 1996). Segurança nacional, nesse contexto, poderia ser entendida sob múltiplos aspectos, desde a proteção das fronteiras contra o apetite de absorção e a cobiça de outros países (VARGAS, 1941), como por desequilíbrios regionais de cunho econômico e político. E mais, a própria densidade demográfica baixa da região poderia ser alunciada como um fator de segurança nacional:

Getúlio Vargas criou (mais) 3 Territórios Federais na Amazônia: o do Amapá, o do Rio Branco (atual Roraima), o que vinha atender a uma antiga reivindicação de geopolíticos brasileiros como Everardo Backeuser, Mário Travassos e Lysia Rodrigues. Essa reorganização do espaço político e econômico da região (...), retirando as áreas limítrofes da administração estadual, propiciava ao governo central uma atuação mais direta sobre essas áreas (OLIVEIRA, 1983, p. 226).

À União cabia, entretanto, aplicar recursos nos Territórios de modo a propiciar o seu desenvolvimento, tanto em termos econômicos quanto culturais, tornando-os aptos a se transformarem em estados, conforme nos informa Temer:

A tendência natural é levar aquela porção territorial a tal desenvolvimento que possa atingir a condição de Estado federado. O art. 3º da Constituição Federal admite a criação de Estados. Pois uma das formas de criação é a elevação do Território a tal condição. E sempre foi assim, desde 1934, havendo já se verificado essa elevação [caso do Acre] (1976, p. 74-75). (Sem grifo no original).

O Território Federal do Rio Branco foi criado oficialmente em 13 de setembro de 1943, através do Decreto-Lei nº 5.812, posteriormente retificado pelo de nº 5.839, de 21 do mesmo mês e ano, com território desmembrado do estado do Amazonas¹⁰. De acordo com o Boletim do Conselho Técnico, de 13 de maio de 1944, os limites do Território Federal do Rio Branco ficaram assim definidos: a noroeste e nordeste, pelos limites com a República da Venezuela e a então Guiana Inglesa (hoje República Cooperativista da Guiana); a sudeste e sul, pelo Rio Anauá, até sua foz no rio Branco, e por este a sua confluência com o rio Negro; a sudoeste, subindo pelo rio Negro, da foz do Rio Marari, subindo as cabeceiras na serra de Taparipecó.

Assim como as outras recentes criadas unidades da federação, o Território Federal do Rio Branco foi alvo da política desenvolvimentista de Vargas, a partir do seu projeto de integração, colonização e povoamento, sanematamento e proteção das fronteiras, que buscava criar novas condições estruturais, políticas e econômicas, com a consequente dinamização do espaço.

Para propiciar as novas condições essenciais para o desenvolvimento da Amazônia, o Estado demandou esforços com o intuito de implementar um aparelho administrativo próprio nos territórios, formando uma máquina burocrática. Desse modo, foi nomeado para governar o Território Federal do Rio Branco o capitão Ene Garcez dos Reis¹¹. O governador foi recebido no cais de Boa Vista, com mais de quinhentas pessoas a recepcioná-lo.

A realidade geral do território encontrada por Ene Garcez foi explicitada no relatório “*Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*”, elaborado pelo técnico

¹⁰ Ao Território Federal do Rio Branco foi transferido o município de Boa Vista, acrescido de parte do município de Moura, no estado do Amazonas. Por força do mesmo decreto-lei supracitado, a cidade de Boa Vista foi elevada a categoria de capital.

¹¹ É curioso ressaltar que, embora criado em 13 de setembro de 1943, o Território Federal do Rio Branco só teve o seu primeiro governante designado em abril do ano seguinte, sendo que Ene Garcez dos Reis só chegou a Boa Vista em junho de 1944 (OLIVEIRA, 1991; FREITAS, 1997; SANTOS, 2004).

em administração do Governo Federal, Araújo Cavalcanti, em 1944. As informações que teceram o relatório foram obtidas *in loco*, por Cavalcanti e um grupo de técnicos, além do acompanhamento por parte de padres beneditinos e da presença ocasional dos fazendeiros Homero Cruz e Adolpho Brasil (CAVALCANTI, 1949). A partir do relatório foi estabelecido o “Plano Quinquenal Territorial” /1945-1949, documento que contém as diretrizes de atuação no Território (MACEDO, 2004).

Ao realizar as pesquisas para o desenvolvimento do Plano de Recuperação, Cavalcanti encontra uma situação geral de miséria e abandonado que considera incondizente com as possibilidades do território que, segundo suas palavras, poderia tornar-se o celeiro da América Equatorial. Para tanto, é extremamente essencial a ação direta do Governo Federal, único ente capaz de engendrar os esforços necessários em termos técnicos, de pessoal, materiais, recursos financeiros e legislação adequada a realidade local (CAVALCANTI, 1949).

Além de traçar um perfil da realidade local, em termos econômicos e sociais, o *Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco* forneceu a base para a edição do Decreto-lei Federal nº 7. 775, de 24 de julho de 1945, que trata da normatização da estrutura administrativa do território. Mantendo-se inalterado por duas décadas, o aparelho administrativo do território compunha-se de: Governador; Secretaria Geral; Divisão de Saúde e Saneamento; Divisão; Divisão de Assistência à Maternidade e à Infância; Divisão de Educação; Divisão de Produção, Terras e Colonização; Divisão de Obras; Divisão de Segurança e Guarda; Serviço de Administração Geral e Serviço de Geografia e Estatística.

O aparelho estatal supracitado propiciou os meios para que a administração do Território do Rio Branco realizasse, ao menos em parte, as mudanças infraestruturais imprescindíveis para a organização da região, como a construção de uma cidade-capital administrativa e a implementação de projetos de colonização.

O relatório de Cavalcanti também descreve em termos alarmantes a inexistência de saneamento no território, que apresentava uma população subnutrida e acometida, constantemente, pela malária, tuberculose, sífilis, verminoses, anemia, etc. A precariedade das instituições médico-sanitárias contribuia, sobremaneira, para agravar o quadro. Desse modo, Cavalcanti propôs medidas que objetivavam resolver a questão, como a drenagem de igarapés na capital, a constituição de uma rede de água e esgotos, campanhas de educação sanitária, assistência médica permanente, obras de cunho sanitarista e a construção da capital e de outras cidades regionais de acordo com os mais progressistas preceitos urbanistas (CAVALCANTI, 1949).

A construção da capital do Território Federal do Rio Branco, preconizada por Cavalcanti, foi posta em prática a partir da elaboração de um plano urbanístico ousado para os termos locais, que demandou imensos esforços em termos econômicos e sociais.

3. 2 Boa Vista através de relatos

Para termos uma idéia do impacto causado pela implementação do Plano Urbanístico, que tornou Boa Vista um “símbolo do poder central no extremo norte do país” (BARROS, 1995, p. 149), primeiramente exporemos algumas impressões sobre a cidade colhidas em relatos de pesquisadores, viajantes e funcionários governamentais. Esses relatos descrevem as condições políticas, sociais, econômicas e infraestruturais presentes em Boa Vista na primeira metade do século XX, sendo que é sobre essas últimas que nos deteremos mais detalhadamente.

No que se refere a economia do vale do rio Branco (depois Território Federal do Rio Branco), a partir de 1870 a pecuária inicia seu processo de ascensão, impulsionado pela atividade de extração da borracha, que ocasionou o surgimento de um mercado consumidor regional (Manaus). Desse modo, a pecuária se afirma, até a década de 1920, como a atividade econômica mais importante do rio Branco. Porém, o declínio dessa atividade se inicia a partir da década de 1910, conhecendo intervalos de ascensão e estabilização até a década de 50. Posteriormente, a pecuária conhece um novo surto de desenvolvimento, acompanhado por momentos de estabilidade. Períodos de oscilações também marcaram a atividade extractiva mineral que, na década de 1980, apresenta um “*boom*” (RODRIGUES, 2008). Entretanto, a atividade da pecuária não foi suficiente para capitalizar a região que, durante muito tempo, sofreu com um desenvolvimento irrigário. As implicações dessa realidade para a cidade de Boa Vista serão discutidas ao longo do texto.

Quanto ao povoamento, sabemos que a seca nordestina de 1877 e a exploração da borracha no Amazonas impulsionaram, de certo modo, o processo incipiente de ocupação. Mas, no final do século XIX, os viajantes Henri Coudreau (1887) e Ermano Stradelli (1888), ao descreveram suas impressões sobre a região, nos informam sobre a persistência do baixo índice populacional. O primeiro registra, em Boa Vista e proximidades, um número inferior a 1.000 indivíduos e, Stradelli menciona, nos arredores de Boa Vista, 27 casas (BARBOSA, 1993).

Na primeira metade do século XX o crescimento de Boa Vista continuou tímido. O declínio econômico pós-borracha atingiu a região do rio Branco, que passou por “uma fase de estagnação no avanço de frentes de ocupação humana e crescimento econômico, com o agravante do precário sistema de transporte existente” (*Idem, Ibidem*, p. 135). Algumas atividades, como a pecuária e a extração mineral (1910) propiciaram pequenos surtos migratórios que, no entanto, não alteraram o cenário demográfico.

Entre os relatos que abordam a realidade de Boa Vista na primeira metade do século XX, portanto anteriores a implantação de seu plano urbanístico, selecionamos o de Ourique, de 1906; Gondim, de 1922; Egerrath, de 1924; Rice, de 1924-1925; e o de Waugh, de 1933. Importa-nos esclarecer que as observações expressas por esses autores são sempre imbuídas das influências dos seus locais de fala (CERTEAU, 2000). Através desses testemunhos escritos apreendemos mudanças que se processaram na caracterização urbana de Boa Vista, assim como nas imagens construídas sobre a cidade.

Boa Vista, em 1906, era um município do Amazonas e, representando o governo daquele estado, o engenheiro Alfredo Ernesto Jacques Ourique conhece a região do rio Branco, posteriormente elaborando um relatório sobre a situação que encontrou. Entre os dados que expôs nesse trabalho, ressaltamos os seguintes:

A Villa da Boa Vista, situada na margem occidental, foi fundada há, mais ou menos, trinta annos, quando para o ponto em que Ella está se transferiu a pequena povoação de S. Joaquim que demorava à sombra das baterias do forte do mesmo nome. É cabeça da Comarca do Rio Branco, Capital do Municipio [...] do seu cômodo porto, cortado pela natureza em curva regular no barranco da margem, sobe-se por sua suave ladeira até o chapadão, em pleno campo, onde esta a vila. Seu conjunto apresenta perspectivas em geral encantadoras e, de alguns pontos de vista, realmente belas. Possuem boas casas, algumas de alvenaria e uma capela edificada singelamente, mas com relativa elegância. Pode-se considerar Boa Vista como o centro mais importante de todo o movimento comercial e agrícola do alto rio Branco (OURIQUE, 1906, p. 13).

Analisando o cenário descrito por Ourique percebe-se que Boa Vista, apesar de ser considerada o centro mais importante da região, apresenta características urbanas simples, com a vida se desenrolando na zona do cais. Para Martins (2010), o fato de a cidade ser um entreposto comercial, elo entre as fazendas de gado bovino ao norte e os centros consumidores ao sul, não alavancou o seu crescimento. Nem mesmo o período de maior incremento da pecuária reverteu esse quadro.

Encontramos em Santos (2004) uma fundamentada explicação para a questão. Segundo este pesquisador, os impostos que pagava sobre o gado que exportava não se revertia em benefícios para o município, mas eram direcionados à capital do Amazonas. Por outro

lado, a incipiente élite local, formada por criadores de gado e um número reduzido de funcionários públicos, não possuía capital suficiente para grandes empreendimentos.

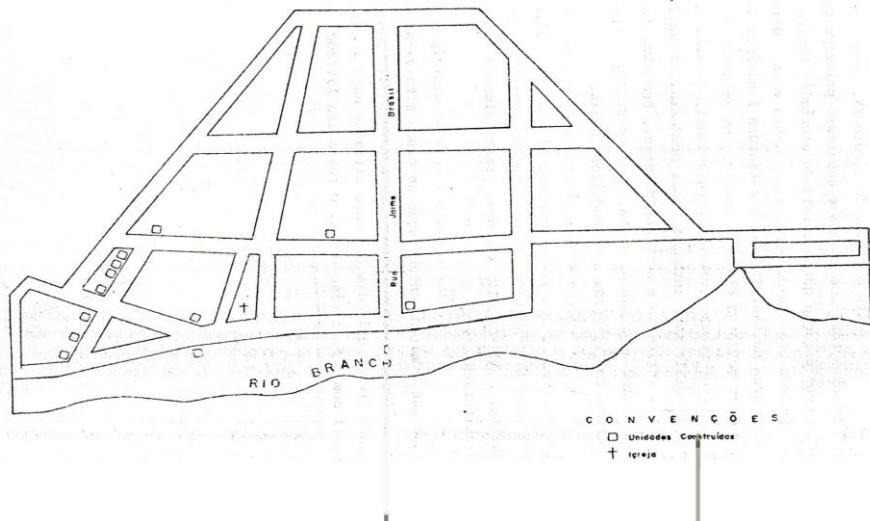
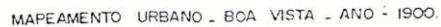


Imagen 09: Mapeamento urbano de Boa Vista - 1900

Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

Mais de quinze anos após o relatório de Ourique, precisamente em 1922, Joaquim Gondim empreende uma viagem ao município de Boa Vista, a partir da qual tece esclarecedores comentários:

não é grande o movimento comercial e industrial da localidade, mas está de acordo com as necessidades da população, que é de seiscentas e vinte e uma almas, segundo o último recenseamento. Boa Vista conta com quatorze mercearias, um botequim, uma farmácia, duas oficinas de ferreiro, uma carpintaria e funilaria, uma barbearia e o importante estabelecimento “canto da fortuna”, do Senhor João Secundino lopes, que explora, conjuntamente, o comércio de fazendas, miudezas e estivas, além da indústria da panificação e do fabrico de sabão, servindo-se no preparo de seus produtos, de machinismos especiais. O seu estabelecimento, o único que possui bombeamento d’água, achava-se provido de instalações elétrica (In: SÉRIE MONOGRÁFICA, 1987, p. 48).

O relato de Gondim poder ser melhor compreendido se o cruzarmos com outros dados, como os presentes em Rodrigues (2008) e Barbosa (1993), que nos informam sobre a situação econômica do rio Branco. O município de Boa Vista, como fornecedor de carne para o mercado de Manaus sofreu com a decadência da atividade gomífera; processo intensificado em 1913 quando a produção da Malásia ultrapassou pela primeira vez a brasileira (BAHIANA, 1991). Sendo um entreposto comercial, a cidade de Boa Vista conheceu uma

inflexão em sua economia, que desestabilizou o seu parco comércio e desestimulou o seu crescimento populacional.

Os estabelecimentos arrolados por Gondim disponibilizavam apenas o estritamente necessário, pois o abastecimento do comércio era deficitário, principalmente no período das secas, quando surgem bancos de areia em especial no alto rio Branco. Desse modo, no início do século XX, Boa Vista encontrava-se praticamente isolada de Manaus e do restante do país. Contribuía para a existência desse quadro fatores naturais, mas principalmente a falta de investimentos estatais e privados (SANTOS, 2004).

Para vislumbrarmos os aspectos construtivos e urbanos presentes na Vila de Boa Vista, também podemos recorrer às anotações de D. Pedro Eggerath, monge beneditino e prelado do rio Branco, em sua visita em 1924:

(...) o aspecto das casas, construídas em parte de pedra e cal, cobertas de telhas e dispostas ao longo de ruas largas, é difícil de descrever, muito embora esteja a sede deste enorme município representado apenas por 200 edificações, entre casas e barracas, distantes umas das outras, o que explica a razão das muitas ruas e o fato de parecer Boa Vista, de longe, muito maior do que realmente é. A sua população que se pode estimar em 1300 habitantes, compõem-se na sua maioria de famílias de fazendeiros do Rio Branco. Perto do lugar de desembarque, vê-se em uma das praças a Igreja de N.S. do Carmo, de construção antiga e, até sendo concertada condignamente. O edifício da municipalidade fica logo em frente ao porto; é de feitio simples, mas sólido. As demais edificações são em sua maioria casas de famílias, afora alguns negócios e barracas (EGGERATH, 1924, p. 12).

As construções, portanto, são simples e distribuídas esparsamente próximas ao rio (Branco), que se constitui no período a única via de acesso à região. Segundo Martins (2010), a viagem entre Boa Vista e Manaus era realizada por embarcações particulares, batelões e gaiolas, que transportavam o gado a ser vendido em Manaus e Barcelos. Dependendo do período do ano (período das chuvas ou seca na Amazônia), a viagem poderia transcorrer-se em mais de 100 dias.

Contrapondo-se a realidade econômica e social que encontraram, os monges beneditinos desenvolveram um projeto audacioso, que tinha como objetivo “civilizar” a região do Rio Branco. Esse projeto incluía a construção de estradas, instalação de uma companhia de navegação e de uma campanha sanitária. Para iniciar as ações foi fundada a “*Sociedade de Melhoramentos do Rio Branco*”, entidade sem fins lucrativos, cujo objetivo estatutário era zelar pelos interesses gerais da região, como também dos interesses particulares de seus habitantes (VIEIRA, 2007).

Em 1925 a sociedade deu início aos seus empreendimentos, através de uma companhia composta de vários departamentos, como: charqueada, navegação, curtume, fábrica de gelo, casa comercial, sala de cinema e termoelétrica. Entretanto, razões de ordem econômica, política e, mesmo ideológicas, contribuíram para o fechamento da companhia. A Ordem de São Bento ficou endividada, principalmente porque todos os seus projetos decretaram falência (VIEIRA, 2007).

De acordo com Barros (1995) o atual estado de Roraima foi bastante movimentado em se tratando de expedições relativas a fronteiras e interesse de naturalistas. Entre eles enfatizase o norte-americano Alexander Hamilton Rice, cujas pesquisas foram desempenhadas em 1924-1925. Entre os suportes técnicos de sua expedição destaca-se o hidroavião que realizou a primeira foto aérea da pequena vila de Boa Vista.

Ao observarmos a foto aérea produzida pela expedição de Rice percebemos que a Vila de Boa Vista do Rio Branco, em 1924, apresentava ruas largas, que se interconectavam formando um triângulo em pleno lavrado. Não dispomos, entretanto, de dados que nos esclareçam tal configuração urbana. Esse traçado será respeitado quando da implantação do plano urbano na década de 1940.



Imagem 10: Vista aérea de Boa Vista em 1924.

Foto: Expedição Hamilton Rice

Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

Rice, em seu livro intitulado “*Exploração na Guiana Brasileira*” (1978) e que contém o relato de sua expedição, comenta que Boa Vista era o único agrupamento próximo ao rio

Branco que tinha a honra de ser chamado de vila. Apresentava 164 casas construídas com tijolos ou feitas de pau-a-pique, distribuídas em ruas sem pavimentação, onde residiam 1.200 pessoas. Essa diminuta população era formada por portugueses, brasileiros, mestiços, índios e poucos negros vindos da atual República Cooperativista da Guiana.



Imagen 11: Aspecto de Boa Vista em 1924.

Foto: Expedição Hamilton Rice.

Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

Em 27 de agosto de 1926, de acordo com a Lei estadual nº. 1262, o governador do Amazonas, Ephifânio Ferreira Sales, concedeu foro de cidade à Vila de Boa Vista. O que não contribuiu para a melhoria de suas condições estruturais, que continuaram extremamente precárias.

O romancista inglês Evelyn Waugh, que esteve em Boa Vista em 1933, relata em “Ninety-two days” que a rua central de Boa Vista era “larga, com piso de barro ressecado e desnivelado, com largas fendas por toda parte e sulcada por várias sargentas [sic] secas. As casas caiadas, cobertas de telhas, de um só andar, eram enfileiradas de um lado e do outro da rua” (*In: CIDR, 1986, p. 17*).

Tendo em mente que Waugh tece seus comentários a partir de seu lugar social, ou seja, de um europeu aristocrata, que vivenciava outro tipo de realidade, podemos depreender uma situação de abandono e carência de investimentos. Prosseguindo, Waugh ainda nos informa que:

Nem o passeio pelas estradas de Boa Vista apagou as minhas frustrações. Havia a rua central pela qual nós chegamos – Rua Bento Brasil – duas estradas paralelas menos importantes e mais quatro outras ruas que a cortavam em ângulo reto. Em todas as direções depois de uns 400 metros, as estradas sumiam aos poucos, se transformando em vagarosos caminhos (...). O projeto da cidade era ambiciosamente vasto, em forma circular, mas a maioria dos lotes para a construção de moradias estava ainda vazia (...). Em Boa Vista, além da Prelazia dos Beneditinos, a única outra construção com algumas pretensões artísticas era a Igreja Matriz, uma construção moderna, pintada com faixas horizontais em amarelo e laranja, com molduras ornamentais de concreto, velhos sinos nas torres (CIDR, op. cit., p. 20-21)

As imagens de Boa Vista vislumbradas nas descrições de viajantes, pesquisadores e administradores, citadas no decorrer do texto, constituem-se a partir de conceitos como encantamento, estranhamento e desilusão, entre outros. Além disso, determinados elementos são constantes nos discursos sobre a área, como a beleza da paisagem natural, o distanciamento espacial dos centros de poder, o baixo índice populacional, etc. (BARROS, 1999).

Essas imagens de Boa Vista relacionam-se ao cruzamento de dois eixos: o lugar geográfico em si representado e o local de quem representa. Elas se processam, desse modo, na dualidade entre o local do qual se fala e o local a partir do qual se fala. Sendo assim, apreendemos que o lugar social (CERTEAU, 2000) dos agentes que nos legaram os relatos analisados contribuem para que determinadas visões prevaleçam.

No que se refere à questão do povoamento, é interessante observar que em 1940, segundo o recenseamento geral da República, o município de Boa Vista ainda registrava um índice populacional muito baixo, de aproximadamente 10.509 habitantes, excluindo dessa contagem os indígenas. Verificava-se, portanto, uma densidade demográfica de 0,06 hab./km², oitenta vezes menor que a média nacional (BARBOSA, 1993).

Embora as descrições de Rice e Waugh sobre Boa Vista tenham sido produzidas em 1924 e 1933, respectivamente, percebemos que as características da cidade por eles apontadas perduraram durante toda a primeira metade do século XX, pois foram as mesmas encontradas por Ene Garcez dos Reis, primeiro governador do território, ao chegar a Boa Vista em 1944.

Em entrevista concedida a Freitas (1993), Ene Garcez faz referência ao traçado urbano que encontrou, apontando que a cidade ainda possuía três ruas paralelas ao rio Branco: a rua da prelazia, a outra seguinte (atual Sebastião Diniz) e a última, que só tinha um lado (atual Getúlio Vargas).

O quadro descrito até o momento revela que a cidade de Boa Vista era extremamente carente de investimentos, privados ou estatais, que pudessem promover mudanças estruturais

significativas em seu espaço urbano. No entanto, a criação do Território Federal do Rio Branco em 1943 concorreu para um novo reordenamento espacial, condizente com o projeto político do Estado Novo, ao desenvolver e implementar um Plano Urbanístico que procurou dotar a capital da infraestrutura necessária à sua condição de centro administrativo.

IV Capítulo

4. O plano urbanístico de Boa Vista – Roraima

Neste capítulo abordaremos a implantação do plano urbanístico como um projeto oficial inserido na política do Território Federal do Rio Branco de afirmação do poder central na tríplice fronteira norte do Brasil (Brasil/Venezuela/República Cooperativista da Guiana).

4.1 A implantação do Plano Urbanístico.

A criação do Território Federal do Rio Branco em 1943 iniciou uma nova fase no processo de ocupação e povoamento da região que hoje constitui o estado de Roraima. De acordo com Freitas (1991 *apud* GUERRA, 1995) esse ato representou a segunda medida afirmativa do poder central sobre o vale do rio Branco. A primeira constituiu-se na edificação do Forte de São Joaquim e no estabelecimento das Fazendas Nacionais, ainda sob o governo imperial lusitano. A terceira foi à construção da rodovia Perimetral Norte, a BR-210, nos anos de 1970, em pleno estado militarizado. Dentro, portanto, dessa segunda medida destacamos a implantação do plano urbanístico da cidade de Boa Vista.

Considerada o foco irradiador das medidas que estruturariam o território, à capital Boa Vista foi proposto um plano urbanístico considerado fundamental para torná-la a sede administrativa do governo:

sob essa perspectiva, o governo do Território Federal do Rio Branco reativou, na virada dos anos de 1940 para 1950, programas de desenvolvimento tanto urbano como rural: as novas construções públicas, a **reforma urbanística**, incentivos ao comércio e à agropecuária. Essas propostas faziam parte das metas governamentais instituídas no planejamento das políticas públicas, que foram apoiadas na Constituição Federal de 1937 (OLIVEIRA, 2003, p. 181) [sem grifo no original].

A reforma urbanística foi posta em prática a partir de 1946 pela empresa Carioca Riobras, de acordo com um projeto elaborado pelo seu proprietário, o engenheiro Darcy Aleixo Derenusson¹², sob as diretrizes de Ene Garcez. É interessante observar que Garcez credita à cidade de Belo Horizonte a inspiração que teve sobre o traçado (FREITAS, 1996).

O edital do plano urbanístico foi publicado no Diário Oficial, seção primeira, nos dias 12, 13 e 14 de agosto de 1944. Apresentaram-se 4 concorrentes aos quais foram fornecidas “Instruções para elaboração dos projetos”. As propostas encaminhadas pelas firmas foram examinadas e julgadas pela **Divisão de obras do Ministério da Justiça e Negócios Interiores**, tendo a firma Darcy A. Derenusson sido contemplada no dia 20 de setembro de 1944.

O resultado da licitação foi exposto no Diário Oficial do Território Federal do Rio Branco nº 24, de 7-12-1944, que assim se expressa: por “ter obedecido as instruções para execução dos serviços, nada mais havendo senão adjudicar à firma Darcy A. Derenusson, por apresentar **preço total mais baixo e menor prazo**” (p.7) [sem grifo no original].

Empresa	Valor Unidade	Valor Global
Darcy A. Derenusson	Cr\$	Cr\$
Topografia	0,03 m ²	150.000,00
Cadastro	40	12.000,00
Urbanização	18.000,00 km ²	90.000,00
Esgotos sanitários e pluviais	-	40.000,00
Água Potável	-	20.000,00
Energia elétrica	-	30.000,00
Prazo	-	7 meses
Custo total	-	342.000,00
Empresa	Valor Unidade	Valor Global
Carlos Teles	Cr\$	Cr\$

¹² Darcy Aleixo Derenusson, carioca, iniciou o curso de Engenharia Civil em 1935 e diplomou-se em 1939 pela Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil (hoje UFRJ), onde passou a atuar como professor assistente da disciplina de Topografia e Noções de aerofotogrametria, de 1940 a 1944. De acordo com as informações em seu Currículo Vitae (CREA-RJ), Derenusson foi um engenheiro bastante atuante, tendo participado de inúmeros trabalhos na área. Antes de iniciar a implantação do plano urbanístico de Boa Vista trabalhou na Empresa de Topografia, Urbanismo e Construções (ETUC), de 1940 a 1942.

Topografia e Cadastro	0,06 m ²	300.000,00
Urbanização	20.000 km ²	100.000,00
Esgotos sanitários e pluviais	-	80.000,00
Água potável	-	60.000,00
Energia elétrica	-	60.000,00
Prazo	-	11 meses
Custo total	-	600.000,00
Empresa de Topografia e Urbanização e Construções	Valor Unidade Cr\$	Valor Global Cr\$
Topografia e Cadastro	0,05 m ²	250.000,00
Urbanização	50.000,00 km ²	250.000,00
Esgotos sanitários e pluviais	-	100.000,00
Água potável	-	60.000,00
Energia elétrica	-	Não foi estimado
Prazo	-	12 meses
Custo total	-	660.000,00
Empresa F. Rocha Villaça	Valor Unidade Cr\$	Valor Global Cr\$
Topografia e Cadastro	0,08 m ²	400.000,00
Urbanização	70.000,00 km ²	350.000,00
Esgotos sanitários e pluviais	-	100.000,00
Água potável	-	150.000,00
Energia elétrica	-	Não foi estimado
Prazo	-	10 meses
Custo total	-	1.000.000,00

Tabela 01: Orçamento do Projeto de Urbanização da Cidade de Boa Vista – 1944

Fonte: Território Federal do Rio Branco. Diário Oficial. Boa Vista\07-12-1944. N°24, p.08.

Como observado na tabela acima, a firma Darcy A. Derenusson apresentou um custo total das obras e um prazo de entrega bem inferior aos das outras empresas, o que não nos impede de indagar se “as outras propostas não eram mais coerentes para a realidade da cidade,

independente do valor licitado, pois esse modelo tem suas limitações, como afirmava o próprio Governador Éne Garcez” (VERAS, 2009, p. 97).

Findo o processo licitatório, Ene Garcez e Darcy A. Derenusson assinaram o contrato para a implantação do plano urbanístico que, conforme salienta Oliveira (2008) e Silva (2009), iniciou um novo momento na história da cidade de Boa Vista. Estiveram presentes na solenidade de assinatura do acordo diversas personalidades influentes da época (VERAS, 2009).



Imagen 12: Assinatura do contrato para a implantação do Plano Urbanístico de Boa Vista – 1944.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

Depois de assinado o contrato, Derenusson se desloca até o Território Federal do Rio Branco para realizar os estudos *in locus* necessários para o desenvolvimento do projeto de urbanização. O Diário Oficial do Território Federal do Rio Branco nº 24, de 7-12-1944, assim noticiava “acompanhado de mais três auxiliares, chegará por estes dias, a esta capital, procedente do Rio, o Dr. Darcy A. Derenusson, engenheiro chefe da firma que vai proceder a estudos e levantamento geral da urbanização da cidade de Bôa Vista” (p. 8). Entretanto, devido aos problemas de locomoção já citados, a viagem não foi fácil. O deslocamento de

Manaus a Boa Vista durou um mês, sendo o percurso percorrido – rio Branco acima – de lancha (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA, 1991).



Imagem 13: Darcy Aleixo Derenusson no escritório da Riobras/ década de 1940.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

Segundo Derenusson, a cidade por ele encontrada já possuía o Hospital Coronel Motta, a Igreja Matriz e o prédio da Prelazia. Entretanto, a situação geral era problemática, posto que o nível de serviços públicos era precário. Por exemplo, seus aproximadamente 1.800 habitantes circulavam por ruas de terra batida e conviviam com condições habitacionais deficientes, pois existiam apenas umas oito casas cobertas de telhas, algumas de zinco e a maioria com tetos de palha de buriti (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA, 1991).

Derenusson, nessa primeira viagem a Boa Vista, passou sete meses fazendo levantamentos sobre as necessidades da capital e colhendo informações, diretamente com a comunidade, sobre as carências da população. De posse dos dados, retornou ao Rio de Janeiro e formou uma equipe de técnicos para a elaboração dos projetos de abastecimento de água, geração de energia elétrica, coleta de esgotos e águas pluviais, bem como o Plano Diretor de Urbanismo e o Código de Obras (*Idem, Ibidem*).

O desenvolvimento do plano de Boa Vista foi antecedido por um levantamento topográfico da cidade, realizado por Derenusson, que foi essencial para o bom andamento dos trabalhos futuros. Dos estudos *in locus* também resultaram 1000 plantas, que detalhavam a quantidade de materiais necessários a cada obra pretendida (*Idem, Ibidem*). De posses das informações, a equipe de Derenusson elaborou o primeiro mapa topográfico da cidade de Boa Vista. Segundo Veras,

O levantamento topográfico foi um instrumento de fundamental importância para a implantação (chamadas locações) e acompanhamentos de obras, como: projeto viário, edificações, urbanizações (loteamentos), movimento de terra (cubagem de terra) no processo de implantação do plano urbanístico (2009, p. 100).



Imagen 14: Levantamento topográfico plani-altimétrico e cadastral da Vila de Boa Vista.
Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson

Além do levantamento topográfico, algumas medidas foram importantes para que a implantação do plano seguisse as linhas do projeto de Derenusson. Adotando uma sugestão apresentada pelo próprio Derenusson o Governo do Território baixou um decreto proibindo que novas construções, de caráter permanente, fossem erigidas antes da conclusão do Plano de Urbanização. E mais, o Código de Obras estipulava para as edificações, residenciais e comerciais, um número máximo de dois pavimentos e para os terrenos uma área de 15x40/20x40m (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA, 1991).

Pelo Decreto-Lei N° 36, de 1-7-46, a Prefeitura Municipal de Boa Vista desapropriou alguns lotes que, pela localização, foram requisitados pelo Governo do Território para a construção das edificações publicas em consonância com o plano urbanístico. Também de acordo com o projeto o centro do plano foi destinado para ser a sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário, sendo destinado a essa finalidade algumas quadras¹³:

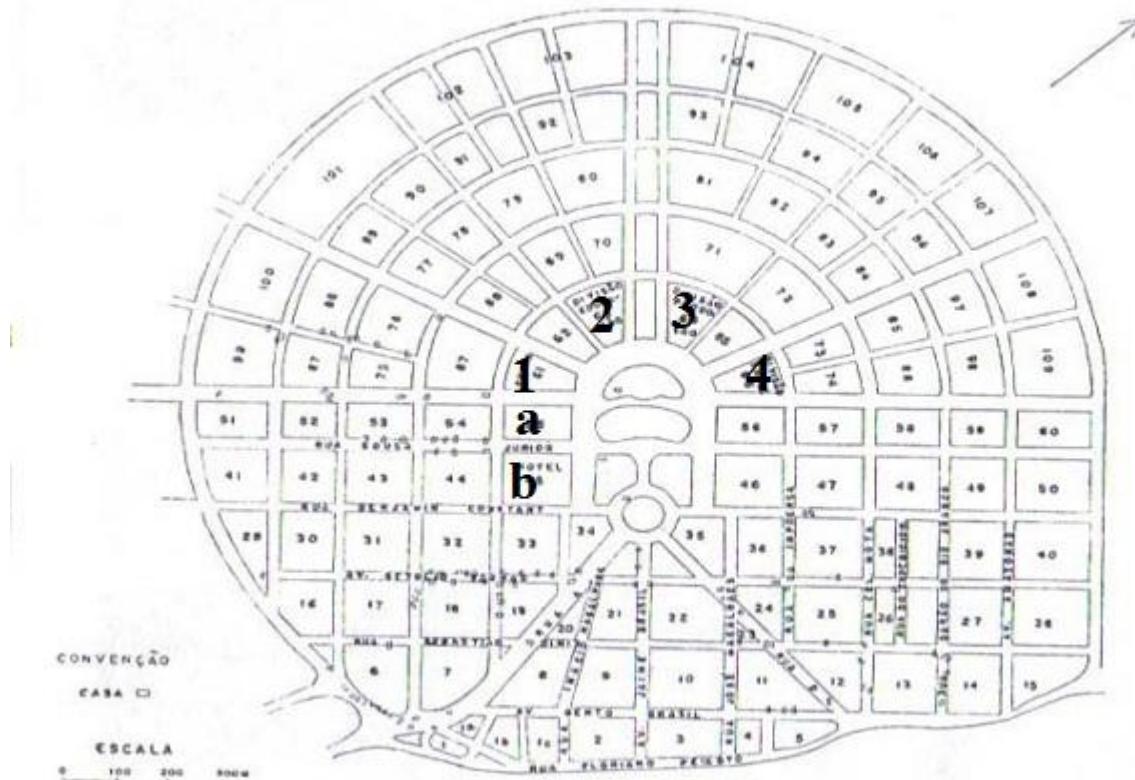


Imagem 15: Plano urbanístico de Boa Vista – 1946.

Legenda: 1-Fórum; 2-Divisão de Educação; 3-Divisão de Produção; 4-Divisão de Saúde/a-Catedral; b-Hotel.
Fonte: GUERRA (1957, p. 139).

No contexto em questão o Estado também se valeu de medidas educativas para conseguir adesão a sua política de urbanização, especialmente enfatizando as melhorias que o plano proporcionaria em termos de saúde, educação, transportes, etc. (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA, 1991). Além disso, acessou as aspirações pela modernidade presentes na

¹³ De acordo com o Edital nº 33, de 19-2-59, a Prefeitura de Boa Vista designou a quadra N° 55 do Plano de Urbanização para a construção da Catedral da capital. Como na referida quadra se encontrava localizado o cemitério São João, a época interditado, a prefeitura e o governo territorial se responsabilizaram por fazer o translado dos restos mortais existentes para o cemitério de Nossa Senhora da Conceição. Entretanto, somente em abril de 1967 o processo de construção da catedral foi iniciado. Tendo, inclusive, disputado a escassa mão de obra local com o Governo do Território. Na quadra N° 45 foi construído o Hotel Boa Vista.

elite boavistense¹⁴, que ressentia-se do provincianismo a que foi relegada durante o governo do estado do Amazonas na região.

4.1.1 As obras

Embora tenha aventado a construção do plano, Ene Garcez dos Reis não pode acompanhar a sua implantação. Ao cair o Estado Novo em outubro de 1945, esse administrador foi exonerado, deixando o governo em janeiro de 1946 (MACEDO, 2005).

Garcez foi substituído pelo Tenente-coronel Félix Valois de Araújo. Inicia-se nesse período uma grande instabilidade política no território, com os governadores se sucedendo após um curto mandato (FREITAS, 1996; OLIVEIRA, 1991). A tabela abaixo, organizada por Freitas (1996) nos fornece uma idéia exata desse quadro:

Governadores do Território Federal do Rio Branco, na década de quarenta naturalidade e tempo de permanência no cargo.
1. Capitão Ene Garcez dos Reis, carioca, escolhido por Getúlio Vargas. Governou um ano e nove meses. Secretário Geral: Paulo Soter da Silveira; respondeu 9 meses pelo governo. 20.07.1944 – 01.1946.
2. Tenente Coronel Félix Valois de Araujo: maranhense, indicado pelo Senador Vitorino Freire, governou 2 anos e quatro meses: 01.1946 – 05.1948.
3. Capitão Clóvis Nova da Costa: maranhense, ex-comandante da polícia militar do Maranhão, indicado pelo Senador Vitorino Freire, governou 1 ano e 1 mês. 05.1948 – 06.1949
Governadores do Território Federal do Rio Branco, na década de cinquenta naturalidade e tempo de permanência no cargo.
1. Dr. Miguel Ximenes de Melo: maranhense, primeiro civil a governar o território, indicado pelo Senador Vitorino Freire, governou 1 ano e 10 meses. 07.1949 – 05.1951.

Tabela 02: Governadores do Território Federal do Rio Branco/década de 1940.
Fonte: FREITAS, 1998.

¹⁴ Elite esta composta de poucos fazendeiros, membros da Igreja, funcionários públicos e comerciantes. Por outro lado, os garimpeiros, as populações ribeirinhas ligadas à atividade extrativista e os empregados das fazendas formavam o estrato social de menor poder aquisitivo (SANTOS, 2004).

Em termos de repercussão para o plano urbanístico, Veras (2009) informa que os governadores acima citados deram continuidade a sua execução, pois seguiam as diretrizes do Plano Quinquenal de Ene Garcez.

Dada a realidade socioeconômica do Território e as condições infraestruturais precárias da cidade de Boa Vista, uma série de serviços foram realizados pela empresa Riobras, entre os anos de 1944 a 1946, antes da implantação do plano: levantamento topográfico plani-altimétrico e cadastral da Vila de Boa Vista e arredores, que cobriu uma extensão de 20 km², com a confecção de planta na escala de 1:1000; recenseamento geral da população; estudos socioeconômicos necessários a elaboração do Plano; elaboração do Plano Diretor da cidade; elaboração do plano urbanístico, propriamente dito, com os detalhes para a sua execução; concepção do Código de Obras; projeto de abastecimento de água, inclusive com o detalhamento da captação, adução e rede distribuidora; projeto da rede coletora de esgotos sanitários (separador) e seu detalhamento; projeto de galerias de águas pluviais e seu detalhamento; projeto de energia elétrica e rede distribuidora com detalhamento e; projeto de escolas rurais e residências (VERAS, 2009; MORAES, GOMES FILHO, 2009).

Percebemos uma grande preocupação de Derenusson com todos os detalhes que envolviam a execução do plano urbanístico. Em entrevista concedida em 1991, o engenheiro releva que a construção, *a priori*, da rede de esgotos e águas pluviais foi fundamental para que o plano fosse estabelecido a contento. Além de economizar esforços e recursos financeiros, tal atitude ofereceu uma qualidade de vida melhor para a população boavistense (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA, 1991).

No processo de execução das obras do plano algumas limitações foram observadas no que diz respeito à questão da mão-de-obra e provimento de materiais. A firma Riobras necessitou contratar trabalhadores advindos das cidades de Manaus, São Paulo e Rio de Janeiro, que perfizeram cerca de 2.500 operários¹⁵ (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA, 1991). No tocante aos materiais construtivos, a solução encontrada foi providenciar a construção de uma olaria, situada às margens do rio Branco, ligada a própria Riobras. A olaria passou a fornecer telhas e manilhas de barro, usadas nas obras de esgoto sanitário, e tubos de

¹⁵ Podemos inferir que o acréscimo à população de Boa Vista de um número tão expressivo de moradores, tomando por base o baixo índice populacional “nativo”, engendrou novas relações sociais. Aliás, alguns dos trabalhadores permaneceram na cidade e constituíram família, que passaram a desempenhar cargos no setor público (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA, 1991).

concreto - até 1 m de diâmetro - usados nas galerias de águas pluviais, num total de 400 unidades diárias (REVISTA SELVA, 1950; VERAS, 2009).



Imagen 16: Trabalhadores da Riobras/Década de 1940.

Fonte: Darcy Romero Derenusson.



Imagen 17: Olaria da Riobras Industrial Ltda./ De 1947 a 1950.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

Sobre as dificuldades apresentadas pelo Território, a Revista Selva ainda nos informa que:

as condições locais de Rio Branco [Território], o longo trecho encachoeirado do rio que dificulta grandemente as condições de navegabilidade e, consequentemente, de transportes, obrigou a firma a certos esforços que desnecessários seriam em outros lugares. Não existindo no Território maquinaria apropriada a certos serviços, a Riobras teve de雇用 alguns milhares de contos de réis, na aquisição de máquinas e instrumentos sem os quais os trabalhos não poderiam ser realizados (1950, p. 24).

As dificuldades na contratação de mão-de-obra e aquisição de materiais foram uma constante nos primeiros anos do Território. Clóvis Nova da Costa, terceiro governador do Rio Branco, nos relatórios referentes aos seus anos de governo, credita grande parte dos prejuízos à execução dos trabalhos no setor de obras a “falta de braço e de pessoal técnico competente” (1949, p. 91).

PERÍODO GOVERNAMENTAL DE 28-6-47 A 31-12-48

OBRAS	Área Mts.²	Preço unitário	Custo Cr\$
15 Escolas Rurais	4.200,00	350,00	1.470.000,00
Matadouro modelo e escritório	326.72	3.050,00	996.482,00
Garage	52,50	1.346,00	70.000,00
Jardim	368,38	-	80.000,00
Av. Floriano Peixoto com 28 metros de largura e 400 metros de comprimento	11.200,00	-	914.230,00
Cais de atracação	-	-	219.500,00
Parque Infantil e Campo de Esporte	3.132,00	-	316.270,00

Tabela 03: Obras do plano urbanístico na década de 1940.

Fonte: COSTA, 1949.

Transcrevemos, abaixo, as características e especificações das obras de acordo com o exposto em “O vale do rio Branco (suas realidades e perspectivas)”, de autoria de Clóvis Nova da Costa (1949, p. 96-97).

➤ **Escolas Rurais** – Construídas de alvenaria. Paredes externas de tijolos de 22 cm e de 14 cm nas internas, avarandadas em três lados. Têm uma sala de aula, um terraço coberto, na parte central e uma residência com dois quartos, uma sala, cozinha e sanitário. Piso de cimento. As paredes do sanitário e cozinha são brunidas até a altura de 1.80 mts. Instalações elétricas, hidráulica, de esgoto e fossa. Coberturas com telhas tipo marselha. Pintura geral a cal e óleo nas esquadrias. Cada uma tem a área construída de 280.00 metros quadrados, ao custo de “noventa e oito mil cruzeiros” (Cr \$ 98.000,00) para a construção de cada prédio. O Governo contribuiu com a importância de “trinta e oito mil cruzeiros” e o Instituto de Estudos Pedagógicos, com a de “sessenta mil cruzeiros”.



Imagen 18: Escola Primária Rural em Mecejana/ Década de 1940.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

➤ **Matadouro modelo** – Construído em alvenaria, com tijolo de 30 cm, em todas as paredes, exceto nas do curral para suínos, que são de 22 cm. Instalação elétrica embutida. Caixa d'água de concreto armado, com capacidade par a dez mil litros. Instalação hidráulica e esgotos de escoamentos para águas servidas. Peitoris e soleiras de marmorite. Piso de cimento, em cores. Passeio circular de 1 m de largo. Paredes revestidas de cimento, sendo tipo paulista na parte interna; de saibro alisado a saco, com nata de cal. Externamente tem reboco rústico, sobre impermeabilizante marca “Sika” (...).

Piso de ladrilhos nas salas com azulejo. A cobertura é de telhas de barro, tipo marselha. As paredes internas são pintadas com gesso e cola e a óleo nas esquadrias. **Escritório:** paredes externas com tijolos de 22 cm e internas com 14 cm. , revestidas do mesmo modo que as do matadouro, sendo os peitoris e soleiras também iguais às daquele prédio. Telhado de telhas de barro, tipo marselha. Piso do escritório, sala da administração e portaria de tacos de madeira. Passeio circular de cimento com 1 m de largo.

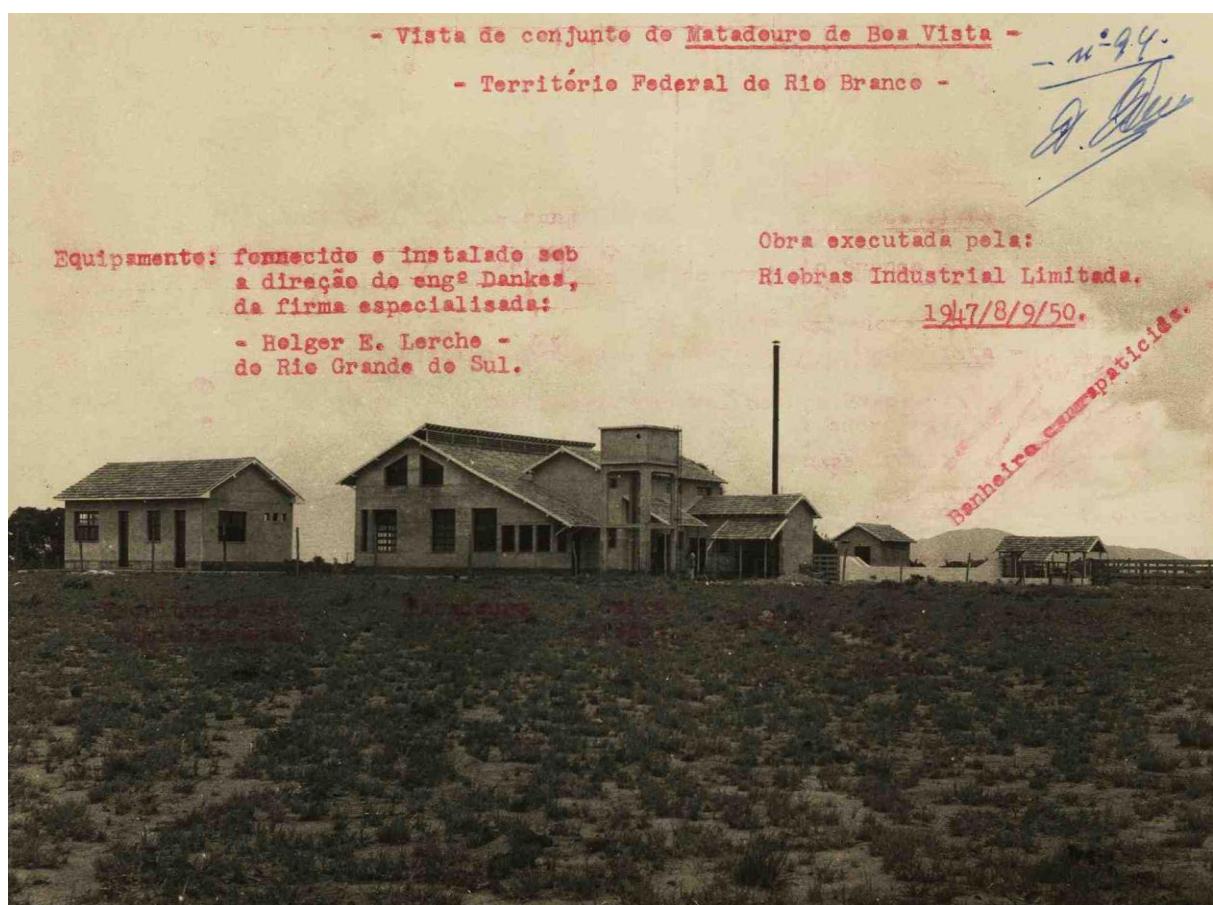


Imagen 19: Matadouro Público de Boa Vista/Década de 1950.
Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

- **Garagem** – De alvenaria, com tijolos de 22 cm nas paredes externas e de 14 cm nas internas, revestidas, estas, de cimento, ao tipo paulista. Piso de cimento. Peitoris e soleiras de marmorite. Cobertura de telhas de barro, tipo marselha. Instalação elétrica e hidráulica. Sanitário e fossa. Pintura interna com gesso e cola e a cal na parte externa, sobre impermeabilizante da marca “Sika”. As esquadrias foram pintadas a óleo.

- **Jardim** – Canteiros com meio fio de concreto, simetricamente traçados. Pavimentado com placas de concreto. Chafariz na parte central. Instalação elétrica subterrânea, para os postes de concreto, que suportam globos brancos. Circundando o jardim há um muro de placas de concreto e peitoril, numa extensão de 35,20 metros.



Imagen 20: Construção do jardim da residência do governador/Década de 1940.
Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.



Imagen 21: Jardim concluído - Residência governamental (atual Casa da Cultura Madre Leotávia Zoller).
Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

➤ **Avenida Floriano Peixoto** – Assentamento de meio fio e sargetas [sic], em concreto. Galerias para águas pluviais com depósito para areias. Poços de inspeção, com ralos. Nivelamento do leito da avenida e assentamento de placas de cimento para calçada, até o cais de atracação, com balaustrada de concreto em toda a extensão da calçada. Assentamento de bancos e postes para iluminação, com globos de vidro branco, em concreto, com instalação elétrica subterrânea.



Imagen 22: Avenida Floriano Peixoto/1948.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.



Imagen 23: Avenida Floriano Peixoto – balaustrada em toda a extensão da calçada/1948.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

➤ **Cais de atracação** – Muralha de cais, à margem do Rio Branco, em frente a cidade de Boa Vista.

➤ **Praça de esporte e parque infantil** – Constituído de um campo de basquetebol e um de tênis, com piso de cimento. Arquibancada em cimento armado, com três degraus de cada lado, separando aqueles campos, tendo, na parte interna, banheiro, WC e vestiários, bem como, instalação elétrica, lavatórios e esgoto. Circundando a praça e parque foi construído passeio cimentado, com sargetas, abrangendo a quadra 35-A, do Plano de Urbanismo da Capital do Território e muro de contorno. A quadra de tênis é cercada com telas de arame e a de basquetebol com três fios de arame liso, galvanizado, presos em postes de madeira pintada. No Parque Infantil foram montados balanços, escorregadores, gangorras, traves paralelas e cadeirinhas com balanço. Possuem instalação elétrica para jogos noturnos, além da iluminação comum, na parte do parque, distribuída pelos postes de concreto, suportando globos de vidro branco.



Imagen 24: Praça Capitão Clovis/Década de 1940.

Fonte: Acervo de Tiago Orihuella.

Além das construções descritas acima, também foram empreendidas as seguintes obras:

➤ **Rua Bento Brasil** – Galeria de águas pluviais, com abertura de vala e colocação de tubo de concreto vidrado:

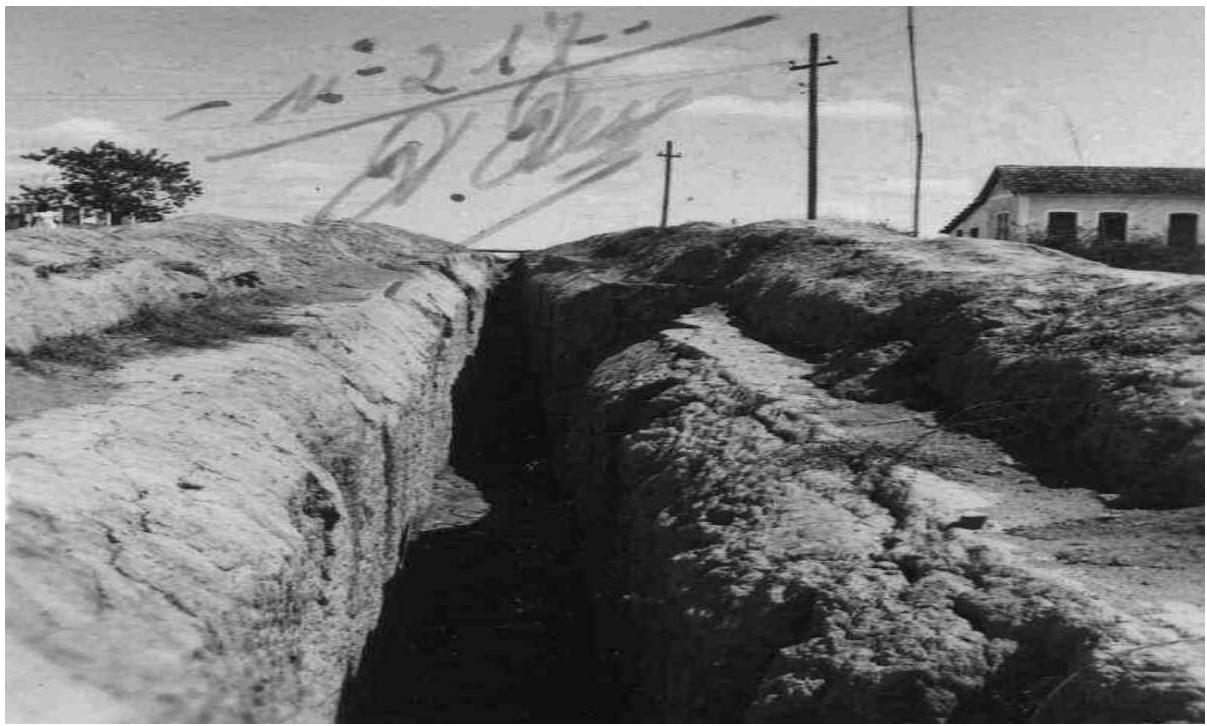


Imagen 25: Rua Bento Brasil/Década de 1940.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

- **Rua Benjamin Constant** – galerias de águas pluviais:



Imagen 26: Rua Benjamin Constant/Década de 1940.

Fonte: Darcy Romero Derenusson.

- **Avenida Jaime Brasil** – Galerias de águas pluviais e tempão da caixa de areia:



Imagen 27: Avenida Jaime Brasil/Década de 1940.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

➤ **Rua 5 de Setembro – Galerias de águas pluviais:**



Imagen 28: Rua 5 de Setembro.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

- **Escola Primária** – foram construídas 5 escolas com auxílio financeiro do Instituto Nacional de Ensino Pedagógico/INEP. As escolas possuíam sala de aula, varanda coberta e casa para professora.



Imagen 29: Escola Primária em Boa Vista/ Década de 1940.

Fonte: Acervo de Darcy Aleixo Derenusson.

- **Conjunto Habitacional** – construção de 20 casas para o IPASE, contendo sala, dois quartos, cozinha e banheiro.



Imagen 30: Obras do IPASE – Primeiro conjunto habitacional do Território/Década de 1940.

Fonte: Darcy Aleixo Derenusson.



Imagen 31: Casas do IPASE concluídas/Década de 1940.

Fonte: Acervo de Darcy Aleixo Derenusson.

- **Construção de Hotel Boa Vista** – hotel planejado pelo arquiteto Donato Melo Júnior. Devido a dificuldades já mencionadas ao longo do texto, sua construção demorou cerca de três anos.



Imagen 32: Início da construção do atual Aipana Plaza/1948.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

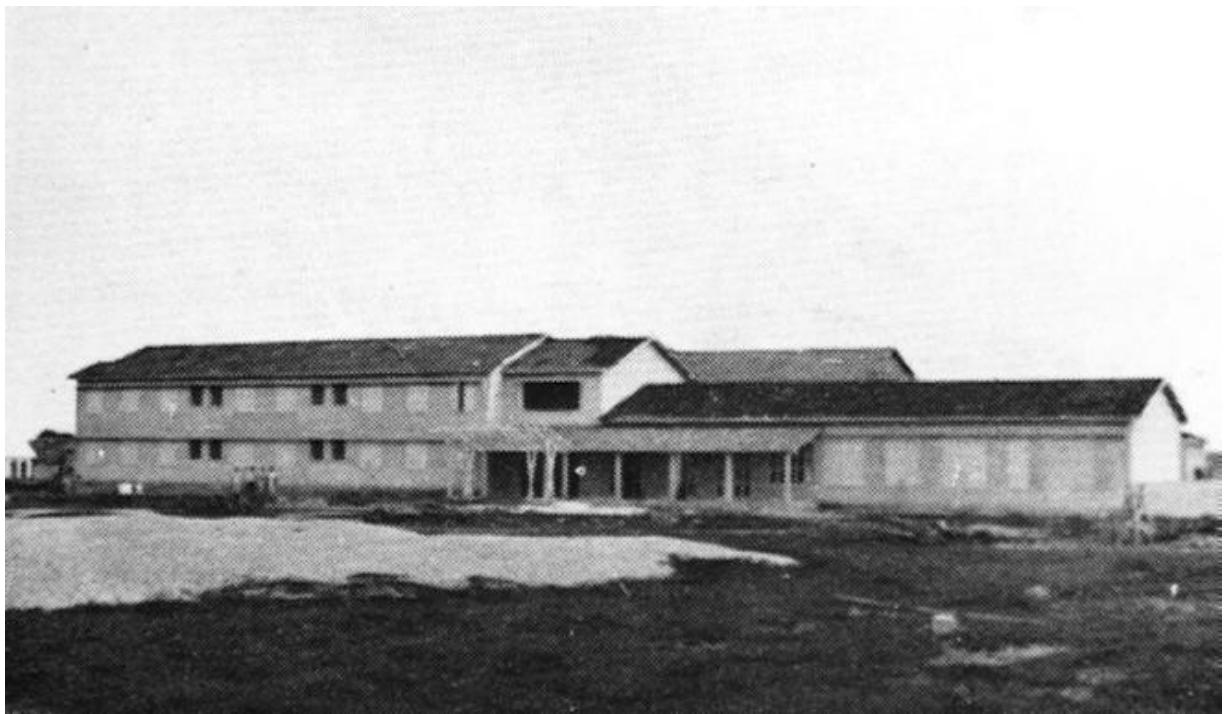


Imagen 33: Hotel Boa Vista em 1951.

Fonte: Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

Além dos problemas políticos outrora mencionados¹⁶, a efetivação do Plano Urbanístico foi prejudicada devido à questão orçamentária (VERAS, 2009). Inicialmente previsto para ser posto em prática entre os anos de 1944 a 1950, sua execução adentra pela década de cinquenta, causando prejuízos para a população.

Em reportagem do jornal *O Átomo*, intitulada “*Alteração do plano urbanístico*”, os problemas causados pelo abandono das obras são mencionados:

Consta que o governo está em desmanches para alterar o plano de urbanismo, visando deixar a cidade antiga como está, com a finalidade de evitar despesas com as indenizações de desapropriações (...). Com o plano já iniciado, depois de tantos milhões gastos, o desalinhamento resultante do novo e do velho plano, a paralisação compulsória de obras nos locais atingidos pelo primeiro, do que resultou evidente prejuízo para os proprietários, em algumas até a ponto de provocar a ruína das construções, além de outros inconvenientes sem número [...] Tudo isso irá fazer uma confusão enorme, sendo agora a emenda peior [sic] do que o soneto, restando, como sobrecarga, um sério problema para o futuro (1953).

O artigo prossegue afirmando que o melhor teria sido realizar apenas pequenas correções no antigo traçado, visto que era bastante regular. No entanto, iniciado o novo traçado, as obras não podiam ser simplesmente paralisadas, pois muitas indenizações já haviam sido feitas. Conclama, portanto, os prejudicados a recorrerem ao judiciário (1953).

¹⁶ Instabilidade, com uma grande alternância de governadores.

O atraso nas obras também postergou a construção da “Praça do Centro Cívico”, considerada a maior referência do plano urbanístico (OLIVEIRA, 2007). Ao observarmos a fotografia abaixo percebemos que em plena década de 1960 a área da praça ainda não foi urbanizada. Martins nos informa que tal fato só ocorreu bem mais tarde, tendo a praça sido “concretizada apenas a partir da década de 1970” (2011, p. 2), ou seja, no período do governo militar.



Imagem 34: Fotografia aérea de Boa Vista na década de 1960. Em destaque a área da Praça do Centro Cívico.
Fonte: PAVANI; MOURA, 2007 In: MARTINS, 2011.

4.1.2 Algumas considerações sobre o Plano Urbanístico

O traçado do plano urbanístico é radiocêntrico, com uma ampla praça central, sede dos poderes executivo, legislativo e judiciário, a partir da qual partem largas avenidas para o norte, sul e oeste. Desse modo, “as vias principais são radiais, sendo dezesseis ruas e avenidas que partem da praça central denominada de centro cívico e, à medida que se prolongam, acompanhando o crescimento da cidade, se distanciam entre si, formando uma estrutura em forma de leque” (SILVA, 2007, p. 209-210).



Imagen 35: Traçado do Plano Urbanístico de Boa Vista.

Fonte: Acervo de Darcy Romero Derenusson.

Derenusson, na já citada entrevista a Gazeta de Roraima (1991), afirmou que foi dele a ideia de traçar as radiais cortadas por perimetrais ligando os vários extremos da cidade. Na concepção do projeto o epicentro do desenho foi alocado na Praça do Centro Cívico por ser considerado o centro geométrico de Boa Vista. Nas palavras do governador Ene Garcez:

“Boa Vista tinha tudo para ser uma cidade de desenvolvimento radial tendo como centro aquilo que existia na época. Na minha época, onde hoje é o centro cívico e a Igrejinha de São Sebastião, já era campo aberto. O planejamento foi feito, portanto, da Igrejinha para frente” (In: FREITAS, 1996, p. 63).

O respeito ao traçado e as edificações preexistentes se constituiu uma das premissas básicas a ser observada na elaboração do plano urbanístico. O que resultou, para Derenusson, “numa Boa Vista com traços urbanísticos modernos sem deixar para trás as suas origens. Minha preocupação foi de não destruir os prédios já existentes e, com isso, destruir a memória de uma cidade” (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA, 1991, p. 5).

Embora as preocupações com a memória da cidade fossem expressas, o seu maior referencial foi, de certo modo, desconsiderado: o rio Branco. O rio Branco, como expusemos

no segundo capítulo, se configurou na via por excelência do processo de ocupação e povoamento do atual estado de Roraima.

Durante anos o rio Branco se constituiu o único meio de comunicação e circulação, influenciando o próprio desenvolvimento do povoado as margens do seu curso (SILVA, 2007). O geógrafo Antônio Teixeira Guerra, em seu “Estudo Geográfico Território do Rio Branco” (1957), assim informa:

A cidade se instalou na margem direita do rio, não ocupando até hoje a margem esquerda em virtude talvez da largura do curso d’água. O sítio da cidade é fácil de ser descrito e interpretado, sendo a topografia plana da margem direita do rio igual em grande extensão. O único fato, que possivelmente tenha levado a esta escolha, é a existência da baixada junto à margem do rio facilitando as primeiras instalações (p. 138).

O plano urbanístico, entretanto, na análise de Oliveira (2008) marcou a ruptura com as relações ribeirinhas, configurando uma expansão da cidade no que é comumente chamado de desenvolvimento “de costas para o rio”. Ainda sobre as repercussões do plano, Martins esclarece que:

Em termos de localização geográfica, o Rio Branco parece ter sido importante referencial para o planejamento da cidade. Isso não implica, contudo, na valorização do rio para a composição desse desenho. Correndo, naquele trecho, no sentido nordeste-sudoeste, o Branco compõe, no plano da cidade, a base a partir da qual a ocupação urbana deveria crescer num sistema radial-concêntrico (...) O novo traçado da cidade previu um importante deslocamento do centro do poder. Representado pelo Prédio da Intendência e localizado à margem do rio, o poder público seria alocado ainda em paralelo ao Rio Branco, mas em terreno mais distante e destinado a compor uma praça central que abrigaria os três poderes (2011, p. 1-2).

Nesse termos o poder (central) se materializava no Território Federal do Rio Branco. Isto é, criando um palco (o plano urbanístico) no qual os seus atores (representantes) encenavam determinada concepção de Brasil (forte, integrado, etc.) (BALANDIER, 1982). Sobre Boa Vista incidiu o que Lefebvre definiu como *a produção do espaço pelo Estado* (1978 apud BECKER, 2001). Becker ainda aponta que, para Lefebvre, o Estado produz duas espécies de espaços: 1) o territorial, fundamento concreto de sua existência, e 2) o político, que visa o exercício do controle social através de normas, hierarquias, etc. Para alcançar tal objetivo, o Estado desenvolve um duplo controle (técnico e político) a partir de conexões e redes, cujas bases de atuação logísticas são formadas pelas cidades (BECKER, 2001).

Esse fato nos leva a refletir sobre a caracterização do plano como um lugar de memória, ou seja, um documento do passado *intencionalmente* perpetuado e que apresenta em sua essência a junção de três aspectos (*material, simbólico e funcional*) (NORA, 1993). Sabemos que:

No decorrer de sua história toda cidade se enriquece de lugares aos quais pode ser atribuída uma função simbólica, recebida por destinação ou em virtude de algum acontecimento. São os teatros onde se apresentam a sociedade “oficial” e, inversamente os em que se “manifesta” o protesto popular (BALANDIER, 1982, p. 11-12).

A elaboração do plano urbanístico ultrapassou as questões meramente técnicas, constituindo-se um *lócus* privilegiado de referências simbólicas. Algumas das concepções ideológicas subjacentes ao plano foram explicitadas pelo engenheiro Darcy Aleixo Derenusson, em entrevista ao jornal “A Gazeta de Roraima” em 1991:

Partindo de um centro gerador, busca os confins do norte de nosso território, irradiando a energia de seu povo, como a protegê-lo, Roraima, guardião do Norte. Lembrem-se. Na época em que foi projetada a planta da cidade de Boa Vista (1944-46) estávamos no fim de uma guerra. E já muito antes disso, não poucos olhos gulosos invadiam nossas fronteiras com missões exploradoras e uma variedade de expedientes para se firmarem e ocuparem nossa terra. **Mais do que simples radiais, mais do que um simples leque, seria a própria alma brasileira, presente, com o corpo e o coração, para garantir a integridade de nossos limites.** É, portanto, o sistema radial o símbolo de união territorial, social, linguístico e ideário do povo brasileiro do Extremo Norte (p. 127-128) (Sem grifo no original).

Percebemos como as discussões que permeavam o cenário brasileiro à época foram significativamente apropriadas durante a formulação do projeto, principalmente o princípio geopolítico de defesa das fronteiras, cuja fragilidade colocava em risco a soberania nacional. Como afirma Derenusson, o leque imbuía-se de um sentimento de brasiliade para além dos aspectos físicos, traduzindo o espírito do homem dessa porção territorial do país. Reforçar, de forma simbólica e material, a presença do estado na região, eis o grande objetivo do plano urbanístico.

Além de palco para a encenação do poder do Estado, o projeto desenvolvido imbuiu-se de uma proposta de modernização que visava conferir a cidade um “aspecto civilizado”. Na busca por esse objetivo, o governo do território elaborou medidas que estabelecessem um forte contraste com a realidade anterior, que julgava tenebrosa (CAVALCANTI, 1949), de modo a apresentar-se como um agente progressista e dinâmico. Dentro dessa perspectiva, a “cidade velha” deveria submergir e, em seu lugar, estabelecer-se uma cidade que representasse os novos tempos. Como nos informa Barros:

A “cidade velha” e lusitana dos tempos da pecuária exclusiva e dos primeiros esforços de mineração remanesceu no declive do terraço ribeirinho, mirando o rio Branco, enquanto o estado federal tratou de construir uma nova cidade na superfície quase perfeitamente plana e monótona, de campos, com horizontes sem fim, em cuja direção iam as vias radiais, e dando as costas aos detalhes caprichosos dos níveis dos terraços ribeirinhos, das sinuosidades das margens do rio, e do verde da floresta ciliar do rio Branco (1995, p, 151).

Conforme discutido no terceiro capítulo, o projeto do Estado Novo para a Amazônia pautou-se em visões antagonistas como paraíso/inferno verde, atraso/possibilidades infinitas, etc. e, a partir delas, formulou políticas que propiciassem o desenvolvimento da região e, consequentemente, a *resgatasse da barbárie* e a inscrevesse na *civilização*, irmanado-a a *cultura nacional*. Muitos meios foram empregados para alcançar essa finalidade, sendo que no Território Federal do Rio Branco esse discurso utilizou-se, também, do ideário urbanista.

No processo civilizador que estava sendo desenvolvido o *controle da ordem social* perpassou a vigilância constante das práticas cotidianas. Assim, o governo de Ene Garcez dos Reis é lembrado como *duro* e *ditatorial*. Entre suas medidas destacam-se a proibição de reuniões e ajuntamentos, imposição de um horário limite para a circulação na cidade (até às 18 horas) e o castigo severo, à luz do dia, dos “arruaceiros”. Tal postura era defendida como necessária para impor o poder central em uma terra considerada dominada pelo banditismo e pela falta de justiça. Como instrumento de suas práticas, o governo contava com um contingente de 200 homens armados (OLIVEIRA, 1991; SANTOS, 2004). Tais pressupostos também estavam presentes no plano urbanístico, pois como nos informa Darcy Romero Derenusson em entrevista ao Jornal UFRR Notícias:

A ideia de ruas convergindo para o centro, que é o poder constituído no Estado, tinha o propósito de chamar a atenção de todos para a existência de uma ordem, de um governo em Boa Vista, uma vez que naquela época existiam alguns conflitos familiares e pessoas que andavam sempre armadas nas ruas (2011, p.4).

Ressaltamos, novamente, que a idéia de modernidade veiculada em Boa Vista ultrapassou as questões relativas à (re) estruturação do seu espaço físico através de um plano urbanístico. Muitos grupos foram excluídos do projeto do plano, nomeadamente os indígenas (OLIVEIRA, 2003).

As esferas políticas federal e local, ao relacionarem indígena com não civilização, reforçaram a defesa da “integração” dos índios ao projeto de unidade nacional propagado pelo Estado Novo. Desse modo:

com as **reformas urbanísticas e a tentativa de “embranquecer o índio”**, algumas famílias Makuxi, Taurepang e Ingarikó demonstraram resistência à integração na sociedade nacional, e ficaram temerosas com relação às ações violentas dos brancos, deslocando-se para o interior das regiões de lavrados ou serras (OLIVEIRA, 2003, p. 186) (Sem grifos no original).

O modo como as questões indígenas foram excluídas da política do plano reforça a percepção de que na constituição e formalização da memória há esquecimentos e silêncios, não-ditos, que podem emergir a partir das brechas, das rupturas e descontinuidades da memória estabelecida (POLLAK, 1989).

Atualmente os indígenas ainda são considerados um entrave para o desenvolvimento de Roraima¹⁷. Um discurso constantemente veiculado apregoa que a demarcação das terras indígenas engessa as atividades produtivas e inviabiliza o crescimento econômico (com a criação de empregos, etc.) e social do estado. No imaginário urbano de Boa Vista perdura uma mentalidade anti-indígena que os caracteriza negativamente como desonestos, incendiários, preguiçosos, desordeiros, etc. (CARNEIRO, 2009).

Não podemos, contudo, acreditar que as ações estatais foram simplesmente acatadas pela população, visto que uma reportagem do jornal O Átomo de 1953, já citada, denuncia a ingerência problemática do governo em Boa Vista, ao mesmo tempo em que sinaliza com a possibilidade da população recorrer a medidas judiciais contra as desapropriações.

Nesse sentido, comungamos com Balandier quando ele afirma que:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo da iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolos e sua organização em um quadro ceremonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo (1982, p.7).

O cenário descrito até o momento nos remete ao trabalho de enquadramento de memórias coletivas que se processa de modo formal e informal e em diferentes contextos. Como observa Pollak (1992), os rastros do trabalho de enquadramento não constituem apenas os acontecimentos e personagens, mas também os objetos materiais. Desse modo, vislumbramos a implantação do plano da cidade de Boa Vista como um elemento oficial de

¹⁷ Podemos observar que a partir de meados da década de 70 do século passado houve um acirramento dos conflitos entre indígenas e não-indígenas. Isso deveu-se, sobretudo, ao fortalecimento do processo de organização dos índios na busca pelo cumprimento dos seus direitos, principalmente a demarcação de suas terras (VIEIRA; SILVA; RAMALHO, 2010).

enquadramento da memória, destinado a fomentar e manter as estruturas sociais e institucionais que estavam sendo alicerçadas.

Percebemos que na elaboração do plano urbanístico foi usado como referência o relatório de Araújo Cavalcanti intitulado “*Plano de Recuperação e Desenvolvimento do Vale do Rio Branco*”, que analisou as condições (econômicas, sociais, etc.) do território logo após sua criação. Nesse importante documento o autor aponta as condições insalubres vivenciadas pela população e defende a efetivação de campanhas e obras de cunho sanitarista. Para tanto, Cavalcanti se respaldou no saber científico. Esse pensamento também perpassou a modernização urbanística de Boa Vista. Dentre as primeiras obras foi inclusa a construção da rede de águas pluviais e esgotos sanitários (JORNAL A GAZETA DE RORAIMA).

As ações voltadas para a área da saúde e saneamento fizeram parte de um projeto maior, aquele defendido pelo Estado Novo: retirar a Amazônia do “atraso” em que se encontrava. Até então, as condições de vida do amazônida (doenças graves, alimentação deficiente, higienização precária, etc.) haviam produzido um homem débil, incapaz de realizar sua parte nos esforços para reerguer a região. Entretanto, a ação do Estado reverteria esse quadro, possibilitando o surgimento de um homem forte, plenamente apto a desenvolver suas funções (D’ACAMPORA, 2002; OLIVEIRA, 2003, SANTOS, 2004).

Apesar da implantação do plano ter sido posta em prática pelos governadores que sucederam Ene Garcez, dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1981) e fotografias indicam que o traçado foi plenamente ocupado apenas no final dos anos 60 do século passado.



Imagen 36: Foto aérea do plano urbanístico em 1972.

Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

Sendo assim, não nos causa estranheza a seguinte descrição do plano urbanístico empreendida por Laucides Oliveira em seu relato memorialista:

Os prédios são corpos rarefeitos na orla das areias brancas, um anfiteatro no desértico espaço, branco e limpo, reservado à futura maior referência urbana de Boa Vista, um majestoso centro cívico imaginado pelo arquiteto Darcy Derenussom, no projeto urbanístico da capital do Rio Branco, datado de 1946. Por enquanto não passa de um majestoso areal (...). Um deserto atravessado, todos os dias, pelo funcionalismo e pessoas que têm de ir ao Palácio do Governo... (OLIVEIRA, 2007, p. 71).

Mesmo as mudanças que foram efetuadas no espaço urbano da cidade a partir do governo militar¹⁸, que redundou no aumento do plano, “sendo ruas ampliadas e asfaltadas e as praças gramadas e arborizadas” (OLIVEIRA, 2003, p. 188), não desmobilizaram o apelo afetivo e a memória nele estratificada. Ao contrário, ocorreu o que Pollak (1992) denomina como *o trabalho da própria memória em si*, isto é, a memória passou a operar por si só, de modo a manter os seus quadros de referência.

Atualmente o plano urbanístico constitui uma parte ínfima de Boa Vista, mas sua importância é inversamente proporcional. Além de concentrar o *lócus* do poder político da capital, é no plano que se agrupa algumas das mais importantes instituições culturais, religiosas e econômicas de Boa Vista. Assim, esse lugar de memória se apresenta em sua plenitude material, simbólica e funcional.

¹⁸ Nesse período o Território Federal de Roraima estava sob o controle da Aeronáutica, enquanto Rondônia e Amapá ficaram sob a influência do Exército e da Marinha, respectivamente (FREITAS, 1996).

Na segunda metade do século XX a população do estado de Roraima aumentou de modo considerável. O acesso a dados do IBGE nos informam que de 17. 247 habitantes, em 1950, Roraima passou a contar com 324. 397 no ano 2.000. Para Souza “as mudanças político-administrativas ocorridas no período e a vinda de migrantes forma as principais responsáveis por esse crescimento” (2010, p. 13). A maior parte desse contingente concentrou-se na cidade de Boa Vista. Para Souza e Silva:

nas últimas três décadas houve um incremento tanto das migrações de outros estados para Roraima [a exploração garimpeira contribuiu muito para esse quadro], quanto dos deslocamentos do interior do estado para a capital, seguindo uma tendência amazônica de inversão crescente entre a população urbana e rural (2006, p. 23).

O crescimento da cidade verificado nos últimos anos se processa de forma desordenada e desigual, contribuindo para o surgimento de bairros com precárias condições infraestruturais, notadamente aqueles resultantes de invasões. Outra grave consequência dessa rápida urbanização é o avanço sobre as áreas de proteção ambiental e outros espaços inadequados para a ocupação. Esse contexto aumentou a demanda por serviços públicos (escolas, hospitais, etc.) e pela implantação de equipamentos urbanos como redes de água e esgotos, calçamento das ruas, instalação da iluminação, etc. (VERAS, 2009; SOUZA, SILVA, 2006).

No cenário descrito acima as diretrizes do plano urbanístico foram abandonadas, em razão também das próprias limitações do projeto. Limitações estas já conhecidas durante a sua implantação, como podemos observar na seguinte afirmação do então governador do Território, Ene Garcez dos Reis:

Esse planejamento de cidade tipo Boa Vista, sistema radial-concêntrico tem seus limites. Ele cresce até um determinado limite e daí não pode mais crescer. E no nosso projeto de leque o crescimento deveria ir até a avenida grande circular, daí para frente tinha que ser feito novo plano e não foi feito (*apud* FREITAS, 1996, p. 63).

Concordamos com Garcez quando ele afirma que os objetivos a que se propuseram foram alcançados. De fato, o plano urbanístico de Boa Vista, a partir de uma *vontade de memória*, marcou a presença do Estado na parte mais setentrional do Brasil, tornando-se um lugar de memória em sua plenitude (material, simbólica e funcional).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com nossa pesquisa o plano urbanístico de Boa Vista foi implementado a partir de uma *vontade de memória*, de um ato intencional destinado a perpetuá-lo como um referencial de determinado passado, ou seja, revela-se como um lugar de memória.

A constituição de 1937 forneceu o respaldo legal para a criação de unidades territoriais diretamente controladas pelo poder central, mas foi o discurso da Segurança Nacional e a política do desenvolvimentismo que municiou o governo varguista a formular políticas mais incisivas para essas áreas, incluindo-se a Amazônia. Foram então instituídos territórios federais, entre os quais o do Rio Branco, sendo que sua capital foi instalada na cidade de Boa Vista.

De acordo com as fontes pesquisadas Boa Vista apresentava um aspecto desolador, tanto em termos infraestruturais como populacionais. Seus habitantes conviviam com precárias condições de saneamento e alimentação, o que acarretava, para alguns, em uma extrema debilidade. Desse modo, a cidade não possuía o aparato necessário para receber o contingente técnico-administrativo destinado a formar a burocracia territorial.

Indo ao encontro do ideário de Vargas para a Amazônia, expresso em termos claros no “*Discurso do Rio Amazonas*”, o primeiro governador do Território Federal do Rio Branco, Ene Garcez dos Reis, aventa a implantação de um plano de urbanização para a capital. Estava implícita nesse projeto uma política modernizadora, de cunho civilizador que, para Oliveira (2003), destinava-se a romper com o aspecto silvícola da região.

A administração do território reforçou sua presença ao impulsionar melhoramentos na cidade como a construção da rede de águas e esgotos, abertura de largas avenidas, construção de casas e escolas, etc. Assim, foi estabelecida uma união entre o governante e o urbanista, representados por Ene Garcez e Darcy Aleixo Derenussou.

Apesar dos problemas relacionados a implantação do plano, Oliveira nos diz que a aspiração *civilizadora* da elite de Boa Vista foi reiterada, ou seja, viver em um espaço urbano “diferente das precárias ruas localizadas em zona plana, de baixa altitude. Essa elite era composta por descendentes de brancos e mestiços vivendo (...) nas proximidades do porto, denominado Rampa do Cimento, à margem direita do Rio Branco” (2003, p. 119).



Imagen 37: Rampa do cimento

Fonte: Acervo da Divisão de Patrimônio Histórico do Estado de Roraima.

Por seu turno, o Estado firmou seu poder sobre o Território do Rio Branco, sendo Boa Vista considerada “uma culminância do poder central nas fronteiras” (BARROS, 1995, p. 148). Tal atitude se explica quando apreendemos que o poder político procura expressar-se de diferentes formas, como nos indica Balandier:

O poder político não aparece unicamente em circunstâncias excepcionais. Ele se quer inscrito duravelmente, imortalizado em uma matéria imperecível, expresso em criações que manifestem sua “personalidade” e seu brilho. Ele dirige uma política de lugares e obras monumentais (...). Ele arranja, modifica e organiza, segundo a exigência dos proveitos econômicos e sociais de que é guardião, mas, também, para não ser esquecido e para criar condições para as suas comemorações futuras (1982, p. 10).

Percebemos que no processo de implantação do plano urbanístico os interesses da população e do governo se inscreviam em um duplo movimento: ora se aproximavam ora divergiam, o que constitui um fato comum. Aproximando as análises de Pollak (1989) e Nora (1993) à efetuada por Balandier (1982), percebemos que toda cidade possui os seus lugares de memória, que são teatros onde diversas forças se manifestam.

Lugar de memória, que comporta muitas memórias do lugar, é assim que definimos o plano urbanístico. Apesar do crescimento da cidade o plano representa toda a cidade,

conforma uma imagem de Boa Vista que a destaca (no cenário amazônico), mas ao mesmo tempo a integra em um todo maior (o Brasil, a nação)¹⁹.

Para Pollak (1992) a preocupação com a memória adquire feições diferentes nos locais em que esse aspecto está relativamente constituído e nos locais em que não está. Nestes últimos há um investimento maior em termos políticos, de coerência e unidade. Propomos que este é o caso de Boa Vista. Mas qual o sentido em investir na constituição de uma memória? Porque:

A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar, se integra, como vimos, em tentativas mais ou menos conscientes de definir e de reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes (...). A referência ao passado serve para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem uma sociedade, para definir seu lugar respectivo, sua complementariedade, mas também as oposições irredutíveis (POLLAK, 1989, p. 9).

Com o fim dos meios de memória, tanto a memória coletiva oficial como as memórias subterrâneas necessitam de suportes exteriores, de registros nos quais possa se manter. Desse modo podemos entender que:

A cena urbana está cada vez mais aberta às manifestações políticas (...). Toda capital de longa história tem lugares, monumentos, obras e traços que são ao mesmo tempo “memórias” e suportes de poderosos simbolismos. A sucessão dos regimes, como a das revoluções e dos movimentos sociais os fizeram (BALANDIER, 1982, p. 71) (Sem grifos no original).

Dada a importância desses lugares para a memória e os simbolismos do (s) grupo (s) social (ais), eles podem transformar-se em locais preferenciais de manifestações, contestações, na busca pelo poder e/ou identidade. Verificamos, através das fontes e observações *in locus*, esse fenômeno no plano urbanístico de Boa Vista:

¹⁹ Inicialmente esta pesquisa possuía como objeto de análise a representação social da cidade de Boa Vista a partir da apropriação simbólica do seu plano urbanístico. Por isso, realizamos algumas entrevistas semi-estruturadas com migrantes que vieram para a cidade na década de 1980 (durante o *boom* da atividade garimpeira) e início da década de 1990 (período de intensa migração). As entrevistas sugerem que, apesar do plano constituir uma pequena parte da cidade, ele a representa. A imagem da cidade planejada sobrepõe-se a da cidade com crescimento desordenado. Tais entrevistas, devido a re(orientação) metodológica e do objeto da pesquisa, foram utilizadas apenas como suporte de análise. Entretanto, vislumbramos um posterior trabalho no qual daremos continuidade às entrevistas e ao nosso objeto inicial.



Imagen 38: Protesto de produtores de arroz contra saída de não-índios da Terra Indígena Raposa/Serra do Sol (2009).

Foto: Roosewelt Pinheiro/Abr (2009)

Fonte: <http://g1.globo.com/Notícias/Brasil>



Imagen 39: Manifestantes do “Acampamento das Acáias” cobram regularização do governo estadual.

Fonte: <http://www.fatoreal.blog.br/politica>

Como nos informam Halbwachs (2006), Le Goff (2003), Nora (1993) e Pollak (1989, 1992), a memória é um valor em disputa, sendo que os lugares em que se cristaliza são alvo nesse processo. É o que ocorre com os arquivos, com os monumentos, exemplares arquitetônicos, etc. No caso específico desta pesquisa esse lugar corresponde a um plano urbanístico.

Desse modo, o discurso da modernidade incidiu sobre o plano urbanístico, promovendo destruições/construções em nome do turismo, do comércio, da renovação técnica e, de acordo com a nossa análise, para criar um palco utilizado na teatralização do poder governamental (BALANDIER, 1982), principalmente da prefeitura. Dentre as intervenções destacamos a construção da Orla Taumanan e a construção de uma praça em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo.

A Orla Taumanan é um grande píer construído sobre o antigo porto da cidade, denominado Porto de Cimento, e se destina a atividades de lazer. Recebeu inúmeras críticas, principalmente por tornar-se um espaço excludente, destinado a frequentadores mais abastados (VERAS, 2009).



Imagen 40: Orla Taumanan em construção (2003)

Foto: Paulina Onofre Ramalho (2003)

Fonte: Acervo da pesquisadora



Imagen 41: Foto aérea da Orla Taumanan (2007) in: VERAS, 2009.

Fonte: Acervo de Thiago Orihuella.

Com relação a praça em frente a Igreja Matriz²⁰, houve mobilizações de populares e autoridades políticas contra a sua construção²¹. Alegou-se que a praça descaracterizou a primeira rua de Boa Vista (Rua Floriano Peixoto), que configura-se um espaço extremamente simbólico por ser o início da cidade. É interessante notar que a adesão às contestações partiu principalmente das chamadas famílias pioneiras²², tradicionalmente habitantes daquela área.

²⁰ A construção da praça, como expusemos na introdução, levou-nos a iniciar nossa pesquisa.

²¹ Os dados para essa afirmação foram obtidos *in loco*, pois à Superintendência do IPHAN em Roraima coube a elaboração de um parecer consultivo sobre a questão, a pedido do Ministério Público Estadual. A praça foi construída em 2009.

²² Famílias ligadas, principalmente, a antigos integrantes do Forte São Joaquim do Rio Branco (GOMES FILHO, 2008).



Imagen 42: Protesto contra a ampliação da praça em frente à Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo.

Foto: Cleilton Viana.

Fonte: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=66822>;



Imagen 43: Interdição de um trecho da Rua Floriano Peixoto/ obras sendo realizadas.

Foto: Janderson Nobre.

Fonte: <http://www.folhabv.com.br/noticia.php?id=66922>.

Nesse ponto nos apropriamos das ideias de Halbwachs sobre a relação que existe entre a memória coletiva e o ambiente material. Segundo esse autor:

não há memória coletiva que não aconteça em um contexto espacial. Ora, o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o

passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. É ao espaço, ao nosso espaço – o espaço que ocupamos, por onde passamos muitas vezes, a que sempre temos acesso e que, de qualquer maneira, nossa imaginação ou nosso pensamento a cada instante é capaz de reconstruir – que devemos voltar nossa atenção, é nele que nosso pensamento tem de se fixar para que essa ou aquela categoria de lembranças reapareça (2006, p. 170).

Esses ambientes materiais são relevantes porque constituem o resultado de nossas ações e da dos “outros”. Sua aparente imobilidade nos transmite uma sensação de estabilidade, de ordem e segurança. Sendo assim, o lugar adquire um sentido para o grupo que o vivencia. Os objetos em sua materialidade adquirem importância, de tal modo que:

Elimine, agora, elimine parcialmente ou modifique em sua direção, sua orientação, sua forma, sua aparência, essas casas, essas ruas, esses becos – ou mude apenas o lugar que eles ocupam um em relação ao outro. As pedras e os materiais não oferecerão resistência. Os grupos resistirão e, neles, você irá deparar com a resistência, se não das pedras, pelo menos de seus arranjos antigos (HALBWACHS, 2006, p. 163).

Assim como ofereceram resistência as mudanças que se processaram no porto e em uma rua, acreditamos que diferentes grupos de Boa Vista oferecerão resistência a uma possível eliminação ou descaracterização de seu plano urbanístico. Preocupa-nos, sobretudo, o discurso modernizador atualmente advogado na cidade. Ele encontra respaldo, em especial, devido aos problemas de trânsito verificados, pois “em horário de pico, a área central fica congestionada, tendo em vista o crescente aumento de veículos automotores e a ausência de espaços viários que facilitem a conexão para as outras zonas da cidade” (VERAS, 2009, p. 125). Esse quadro já havia sido antecipado pelo próprio Ene Garcez dos Reis, que nos diz que:

Fiquei preocupado em saber se a minha idéia de imitar Belo Horizonte teria sido a melhor. Pelo seguinte: a cidade radial, na proporção que vai crescendo, vai apresentando problemas de ligação de periferia com o centro e vice-versa. Nos intervalos das radiais vai formando “quistos” com poucas saídas. Mas, para o tamanho da cidade a que nos propusemos, o sistema radial funcionou. Agora é preciso repensar o assunto (FREITAS, 1996, p. 63).

Esperamos que soluções sejam encontradas, pois como nos propusemos a demonstrar nessa pesquisa, o plano urbanístico de Boa Vista constitui-se, de fato, um lugar de memória. Por sua relação com esse aspecto (memória), o consideramos como um patrimônio cultural. Reforçamos essa ideia a partir da seguinte observação de Joël Candaú:

[...] El patrimonio es el producto de un trabajo de la memoria que, con el correr del tiempo y según criterios muy variables, selecciona ciertos elementos heredados del pasado para incluirlos en la categoría de los objetos patrimoniales. Funciona

eficazmente como “um aparato ideológico de la memoria”. (*apud* GUIMARAES, 2007, p. 30).

Não temos conhecimento de pesquisas no âmbito estadual e/ou municipal sobre o plano urbanístico, principalmente porque as práticas de proteção patrimonial são inexistentes. Felizmente, alguns agentes do poder público (MPE – Ministério Público Federal, Superintendência do IPHAN em Roraima, etc.) e da sociedade civil (professores, estudantes, etc.) iniciam discussões profícias sobre o assunto que, acreditamos, redundarão em ações mais concretas de salvaguarda.

Por tudo isso, só nos resta reforçar a caracterização do plano urbanístico de Boa Vista como um lugar de memória, um documento inscrito em uma vontade mnemônica, uma condensação simultânea da História e da Memória.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAS, Melhem. **Geografia:** aspectos humanos e naturais da geografia do Brasil, caderno de atividades. v. 2. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Moderna, 1990.
- AGOSTINHO, Jaime de. **Subsídios à discussão de um plano de desenvolvimento sustentável para o estado de Roraima.** São Paulo: FFLCH, USP, 2001. (Tese de doutorado).
- BAHIANA, Luís Cavalcanti. O Norte na organização regional do Brasil. In: **Geografia do Brasil.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. v. 3, 1991. p. 15-23.
- BALANDIER, Georges. **O poder em cena.** Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1982.
- BARBOSA, Reinaldo Imbrósio. Ocupação humana em Roraima: do histórico colonial ao início do assentamento dirigido. In: **Revista Boletim 9 (1).** Belém: Museu Emilio Goeldi, 1993, p. 123-144.
- _____; FERREIRA, Efrem Jorge Gondim. Historiografia das expedições científicas e exploratórias no vale do rio Branco. In: BARBOSA, Reinaldo Imbrozio; FERREIRA, Efrem Jorge Gondim; CASTELLÓN, Eloy Guilhermo (ed.). **Homem, ambiente e ecologia no estado de Roraima.** Manaus: INPA, 1997, p.193-216.
- BARROS, Nilson Cortez Crocia de. **Paisagens e Tempo na Amazônia Setentrional:** estudo de ocupação pioneira na América do Sul. Recife: Editora Universitária – UFPE. 1995.
- BARROS, Nilson Crócia de. Encouter e imaginação geográfica na Guyana brasileira. In: **Revista Territórios (Nº8).** Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- BECKER, Bertha K. Síntese do processo de ocupação da Amazônia: lições do passado e desafios do presente. In: Brasil, Ministério do Meio Ambiente. **Causas e dinâmicas do desmatamento na Amazônia.** Brasília: MMA, 2001.
- _____. Geopolítica da Amazônia. In: **Estudos avançados.** São Paulo. v. 19, n° 53, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 15 de março de 2010.
- BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história:** novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5.812, de 13 de setembro de 1943. Boletim **do Conselho Técnico, Conselho Federal de Comércio Exterior**. Rio de Janeiro, 1944.

CAPELATO, Maria Helena. O Estado Novo: o que trouxe de novo? In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília (Orgs.). **O Brasil Republicano**: o tempo do nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 109-143.

CARDOSO, Alírio Carvalho. Belém na conquista da Amazônia: antecedentes à fundação e os primeiros anos. In: FONTES, Edilza (org.). **Coleção contando a história do Pará**: da conquista à sociedade da borracha (séc. XVI – XIX). Belém: E. Motion, 2003. p. 32-58.

CARNEIRO, Orlando de Lira. O imaginário urbano em relação aos índios: o caso de Boa Vista – Roraima. In: **Amazônia: espaço, cultura e visões de mundo**. Boa Vista: Ed. UFRR, 2009, p. 159-183.

CASTRO, Celso; SOUZA, Adriana Barreto de. A defesa militar da Amazônia: entre história e memória. In: CASTRO, Celso (org.). **Amazônia e defesa nacional**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 31-68.

CAVALCANTI, José Maria dos Santos Araújo. **Recuperação e desenvolvimento do Vale do Rio Branco**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jornal do Comércio, Rodrigues & Cia, 1949.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2000.

COSTA, Ana Carolina Silva da; ARGUELHES, Delmo de Oliveira. A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX. In: **Humanidades**. Brasília, vol. 5, n. 1/2, jan/dez. 2008, p. 109-137.

COSTA, Clóvis Nova da. **O Vale do Rio Branco**: suas realidades e perspectivas.. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1949.

D'ACAMPORA, Márcia. **Da política ideal à prática real**: a criação do Território Federal do Rio Branco. Porto Alegre: PUCRS, 2002. (Tese Mimeo).

D'ALMADA. Manoel da Gama Lobo. Descrição relativa ao rio Branco e seu território (1787) in: COSTA, Clovis Nova da. **O vale do rio Branco**: suas realidades e perspectivas. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Oficial, 1949, p. 160-182.

D'ARAUJO, Maria Celina. **O estado novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

DREYFUS, Simone. Os empreendimentos coloniais e os espaços políticos indígenas no interior da Guiana Ocidental (entre o Orenoco e o Corentino) de 1613 a 1796. In: CASTRO, Eduardo Viveiros; CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **Amazônia: etnologia e história indígena**. São Paulo: NHII/FAPESP, 1993.

DIAS, Maria das Graças Santos. Fundamentos da ocupação da Amazônia Colonial. In: **Textos & Debates: Revista de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal de Roraima**, n° 5, p. 33-39.

EGGERATH, Pedro. **O vale e os índios do Rio Branco**. Rio de Janeiro: Tipografia Universal, 1924.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

FARAGE, Nádia. **As muralhas dos sertões: os povos indígenas no Rio Branco e a colonização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; ANPOCS, 1991.

_____, SANTILLI, Paulo. Estado de sítio: territórios e identidades no vale do rio Branco. In: CUNHA, Manuela Carneiro da (org.). **História dos índios no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 267-278.

FERNANDES, Maria Emilia. **O plano urbanístico de Boa Vista**. Entrevista concedida a Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, setembro de 2010. Digital (40 min.).

FERREIRA, Alexandre Rodrigues. Diário do Rio Branco (1786). In: FARAGE, Nádia; AMOROSO, Marta Rosa (orgs.). **Relatos da fronteira amazônica no século XVIII: documentos de Henrique João Wilckens e Alexandre Rodrigues Ferreira**. São Paulo: FAPESP/NHII-USP, 1994.

FERREIRA, Antonio Carlos H. **O plano urbanístico de Boa Vista**. Entrevista concedida a Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, dezembro de 2010. Digital (50 min.).

FERREIRA, Orlailton Alves. **O plano urbanístico de Boa Vista**. Entrevista concedida a Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, junho de 2010. Digital (40 min.).

FREITAS, Aimberê. **Geografia e História de Roraima**. Manaus: Editora Grafima, 1996.

_____. **Políticas públicas e administrativas de territórios federais brasileiros.** Boa Vista: Corprint, 1991.

_____. **A História Política e Administrativa de Roraima de 1943 a 1985.** Manaus: Editora Umberto Calderaro Ltda, 1993.

GUERRA, Antônio Teixeira Guerra. **Estudos Geográficos do território do Rio Branco.** IBGE, Publicação N° 13, 1957.

GUIMARAES, Natália. **Pensando sobre patrimônio.** São Paulo: s. ed., 2007.

GOMES FILHO, Gregório Ferreira. **Forte São Joaquim:** De marco da ocupação portuguesa do Vale do rio Branco às batalhas da memória – Século XVIII ao XX. Boa Vista: 2008. Monografia (Especialização) em História/Universidade Federal de Roraima.

GONDIM, Joaquim. Relato. In: **TERRITÓRIO FEDERAL DE RORAIMA.** Série Monográfica – Município de Boa Vista, Secretaria de Educação e Cultura. Boa Vista. 1987.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva.** Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro: 2006.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HOWARD, Ebenezer. **Cidades-jardins de amanhã.** 2 ed. Tradução de Marco Aurélio Lagonegro. São Paulo: HUCITEC, 2002.

JORNAL A GAZETA DE RORAIMA. Edição especial. Boa Vista \ ano 101. Ano X. 09 de Julho de 1991.

LE GOFF, Jacques. **Por amor as cidades.** São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

_____. Memória. In: **História e memória.** Tradução de Bernardo Leitão [et. al.]. 5 ed. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.

LEME, Maria Cristina da Silva (org.). **Urbanismo no Brasil: 1895-1965.** 2. ed. Salvador: EDUFBA, 2005. 600p.

MACEDO, Inês Rogélia Dantas. **A implantação e a expansão das escolas públicas em Boa Vista na década de quarenta.** Boa Vista: UFRJ/UFRR, 2004. (Dissertação de Mestrado).

MARTINS, Elisangela. **Memória do regime militar em Roraima.** Manaus: UFAM, 2010. (Dissertação de Mestrado).

_____. Memórias de disputas e disputas pela memória na praça central de Boa Vista, RR. **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH.** São Paulo, julho de 2011, p. 01-15.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Cotidiano e cultura:** história, cidade e trabalho. Bauru-SP: EDUSC, 2002.

MONTENEGRO, Antonio Torres. Ciência, história e memória: questões metodológicas. In: ERTZOGUE, Marina H.; PARENTE, Temis G. **História e Sensibilidade.** Brasília: Paralelo 15, 2006.

MORAES, Antonio José. **O plano urbanístico de Boa Vista.** Entrevista concedida a Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, julho de 2010. Digital (45 min.).

MORAES, Carla Gisele M. S. M; GOMES FILHO, Gregório Ferreira. Visadas sobre Boa Vista do Rio Branco: razões e inspirações da capital de Roraima (1830-2008). **Tempos Históricos**, v. 13, 1º semestre – 2009, p. 137-166.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **PROJETO HISTÓRIA.** São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC-SP, (10), dez. 1993, p. 07-28.

OLIVEIRA, Adélia Engrácia de. Ocupação humana. In: SALATI, E. et al. **Amazonia;** desenvolvimento, integração, ecologia. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144- 327.

OLIVEIRA, Laucides. O Estado. **Diretrizes.** Boa Vista/Roraima. ano 1, n. 2, Jan./fev. 1991. 38 p. (Edição Histórica).

_____. **Boa Vista 1953: Uma aventura.** Boa Vista: 2007.

OLIVEIRA, Rafael da Silva. Do rio ao traçado urbano, e novamente ao rio (alguns apontamentos para pensar a cidade de Boa Vista/RR). **Revista Acta Geográfica**, ano II, nº 3, jan./jun. de 2008, p. 93-106.

OLIVEIRA, Reginaldo Gomes de. **A herança dos descaminhos na formação do Estado de Roraima.** São Paulo: 2003, USP. (Tese de doutorado).

_____. Notas sobre os holandeses na Amazônia no período colonial. In: **Revista Textos e Debates**, Nº. 10. Boa Vista-RR, 2007.

ÓRGÃO OFICIAL DO TERRITORIAL FEDERAL DO RIO BRANCO (Diário Oficial). Boa Vista. 07\12\1944. Nº. 24, p. 8.

OURIQUES, Jacques. **O Valle do Rio Branco:** Estado do Amazonas – Edição Especial. 1906.

PESAVENTO, Sandra J. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. São Paulo, **Revista Brasileira de História**, v. 27, n. 53, p. 11-23, jan.-jun. 2007.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 de setembro de 2009.

_____. Memória e identidade social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 22 de setembro de 2009.

RAMINELLI, Ronald. História urbana. In: CARDOSO, Ciro Flamarión; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). **Domínios da história:** ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

REVISTA SELVA. Um espelho da vida brasileira. Nº 13. Ano 1950.

RICE, Hamilton. **Exploração na Guiana Brasileira (1924-1925).** Tradução de Lacyr Schettino. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

RODRIGUES, Francilene dos Santos. Apresentação da formação histórica da sociedade e economia roraimense. In: BORGES, Heloisa da Silva (org.). **Pensando e preservando o olhar histórico, socioeconômico e político de Roraima.** Manaus: Edições UEA/Valer, 2008. p.13-40.

_____. “**Garimpando**” a sociedade roraimense: uma análise da conjuntura sócio-política. Belém, NAEA, 1996. (Tese Doutorado).

SAMPAIO, Francisco Xavier Ribeiro de. Relação Geographica Histórica do Rio Branco da América Portugueza (1777). In: **Revista do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro – Tomo XIII.** Rio de Janeiro, n°18, 1850, p. 200-273.

SANTILLI, Paulo. **Roraima:** um cenário no início do século XX. In: **Fronteiras da República.** São Paulo: NHII/FAPESP, 1994. p. 17-37.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** São Paulo: Edusp, 2007.

SANTOS, Nelvio Paulo Dutra. **Políticas Públicas, economia e poder:** o Estado de Roraima entre 1970 e 2000. Belém: NAEA, 2004. (Tese Doutorado).

SANTOS, R N. G. dos. **Roraima:** a construção de identidades políticas: indígenas e não-indígenas no final do século XX. Rio de Janeiro: PPGHIS/IFCS, UERJ. 2003. (Mestrado em História Social).

SILVA, Paulo Rogério de Freitas. **Dinâmica Territorial Urbana em Roraima - Brasil.** Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007. (Tese Doutorado).

_____. Reencontrando a primitiva cidade de Boa Vista. **Revista Acta Geográfica**, ano I, n° 2, jul./dez. de 2007, p. 57-68.

_____. Boa Vista: gênese espontânea e gênese induzida. **Revista Acta Geográfica**, ano III, n° 5, jan./jun. de 2009, p. 63-71.

SOUZA, Carla Monteiro de. **Gaúchos em Roraima.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

_____; SILVA, Raimunda Gomes (orgs.). **Migrantes e migrações em Boa Vista:** os bairros Senador Hélio Campos, Raiar do Sol e Cauamé. Boa Vista: Editora da UFRR, 2006.

SOUZA, Célia Ferraz de; PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs.). **Imagens urbanas:** os diversos olhares na formação do imaginário urbano. 2 ed. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

SOUZA, E. P.; REPETTO, M. (orgs.). **Diagnóstico da situação dos indígenas na cidade de Boa Vista – Roraima.** Boa Vista: Gráfica Ióris, 2007.

TEMER, Michel. **Território federal nas constituições brasileiras**. São Paulo: Ed. Revista dos Tribunais/EDUC, 1976.

TERRA, Lygia; ARAUJO, Regina; GUIMARÃES, Raul Borges. **Conexões: estudos de geografia geral e do Brasil**. São Paulo: Moderna, 2009.

VARGAS, Getúlio. O Discurso do Rio Amazonas. In: **Cultura Política – Revista de estudos brasileiros**, v. 1, n. 8, p. 228-229, 1941.

VERAS, Aldair. **A cidade de Boa Vista**. Entrevista concedida a Paulina Onofre Ramalho. Boa Vista, junho de 2004. Cassete (50 min.).

VERAS, Antonio Tolrino de Rezende. **A produção do espaço urbano de Boa Vista-Roraima**. Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana. Universidade de São Paulo, 2007. (Tese Doutorado).

VIEIRA, Jaci Guilherme. **Missionários, fazendeiros e índios em Roraima: a disputa pela terra – 1777 a 1980**. Boa Vista: UFRR, 2007.

_____; SILVA, Paulo S. R. da; RAMALHO, Carla Onofre. Roraima: a luta pela homologação da Raposa Serra do Sol e a violência gerada contra os índios entre 1970 e 2009. In: **Revista Universidade e Sociedade**. N. 46, jun. 2010. Brasília: ANDES, 2010. p. 142-151.

VON SIMON, Olga R. de Moraes. Memória, cultura e poder na sociedade do esquecimento. In: **Margens: Revista Interdisciplinar do Núcleo de Pesquisa – CUBT/UFPA – Dossiê Memória & Oralidade**. Abaetetuba, (01) 2004, p. 11-16.

WAUGH, Evelyn Arthur St. John. Ninety-two days: the account of a tropical journey throught british Guiana and part of Brazil. In: CENTRO DE INFORMAÇÃO DA DIOCESE DE RORAIMA (CIDR). **Boletim nº. 12**. Boa Vista, 2 de julho de 1986, p.1-47.